adiante



editorial

Todos **juntos**

Vencedores ou não desta Copa, 185 milhões de corações baterão em uma só sintonia, ainda que por um efêmero mês, após um intervalo de quatro anos. Talvez nenhum outro fenômeno exerça tanto fascínio sobre o brasileiro como o futebol nem tenha, nos torneios mundiais, tamanha capacidade de aglutinação em torno do que se pode chamar de brasilidade.

Em um país rachado pelo fosso da desigualdade e numa sociedade dominada pelo individualismo, o futebol vem nos resgatar.

Primeiro, revela a fotografia de nós mesmos, com todos os nossos defeitos e virtudes, e nos convoca a mudar o quadro. Em seguida, prova que não precisamos reproduzir mimeticamente modelos impostos por outras nações na busca do desenvolvimento.

Assim como o futebol brasileiro conseguiu imprimir, em nível mundial, sua identidade nacional a um esporte de origem bretã, o Brasil também é capaz de reinventar seu caminho, trilhá-lo com os próprios pés e assim dar uma cara à nação.

Para isso, precisa desenvolver as potencialidades natas, sejam elas ligadas ao capital humano — que pode ser torto igual Garrincha — ou ao capital natural.

Mas, sem o espírito da coletividade, de respeito ao espaço público e de participação democrática, poderemos transformar muito pouco. O Brasil só vai ganhar de virada quando todos estivermos ligados, o tempo todo, em um só projeto de nação.

Boa leitura

ISSN: 1809-3639

adiante
INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Escola de Administração de Empresas
de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

DIRETOR: Fernando de Souza Meirelles

FGV GVces
Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)
Coordenador: Mario Monzoni

PUBLISHER E JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Luciano Martins Costa (Mtb 10.846)
EDITORAS
Amália Safatle e Flavia Pardini
PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE
Marco Cançado
REVISÃO
J.G. Moura Ribeiro
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:
Geandré, Gladis Ribeiro, José Estevam de Almeida Prado, José Inácio da Silva, Mario Monzoni, Maristela Bernardo, Regina Scharf, Samuel Casal

ENSAIO FOTOGRÁFICO: Igor Bier Pessoa

PUBLICIDADE
Contato: comercial@revistaadiante.com.br
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513
01421-000 São Paulo
Telefone (55-11) 3284-0754
IMPRESSÃO:
Vox Gráfica e Editora
DISTRIBUIÇÃO:
Distribuidora Grupo Estado e Logistech Distribuidora

Números avulsos, edições anteriores e repartes corporativos: (11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br

CONSELHO EDITORIAL:
Aron Belinky, Amália Safatle, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro, José Eli da Veiga, Luciano Martins Costa, Mario Monzoni, Moysés Simantob, Rachel Biderman, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVCES:
Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Mackray

PARCEIROS FUNDADORES
Fazendo mais que o possível
BANCO REAL ABN AMRO
ODEBRECHT

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.
É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 15.000 exemplares

CAPA: HARRY PAPAS/ALAMY

notas

LIXO

INCINERAR OU...



De 2007 não passa: a capacidade dos dois aterros sanitários que hoje recebem o lixo da cidade de São Paulo estará mais do que saturada. Atualmente, somente a coleta de lixo domiciliar e hospitalar e a varrição das ruas geram 350 mil toneladas de rejeitos por mês. Com a perspectiva de lotação dos aterros, é preciso achar outras soluções para a destinação do lixo.

Além da construção de novos aterros, a volta da incineração pode ser uma delas. Polêmica devido à emissão de gases tóxicos, a incineração foi banida das cidades brasileiras, mas é bastante utilizada em países europeus. O estado alemão da Baviera, por exemplo, desenvolveu técnicas para reduzir ao máximo os impactos ambientais da incineração e vem mostrando as vantagens dessa prática em um projeto de cooperação com a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Estado de São Paulo.

Na Alemanha, o custo de dispor o lixo em aterros sanitários oscila entre US$ 50 e US$ 70 por tonelada de lixo, enquanto a incineração consome US$ 500. A diferença é tão gritante, segundo Milton Norio, assessor-executivo da SMA, porque não se consideram os custos que ocorrem depois que o aterro deixa de receber resíduos. "Ele fica vivo por 50 anos", diz Norio. "Não se pode fechar o aterro e ir embora. Ele gera metano, e há a possibilidade de contaminação do solo."

Incluindo esses elementos, o custo da incineração passa a ser competitivo, pelo menos na Alemanha. Para as condições de São Paulo, ainda não foram feitas estimativas, informa Norio. Mas sabe-se que uma vantagem adicional pode ser a geração de energia elétrica a partir do calor e do vapor produzidos durante a incineração – especialmente se o processo se der em um distrito industrial, como é o caso de São Paulo. Apesar dos esforços estaduais, a decisão sobre a destinação do lixo da cidade de São Paulo é municipal. — *por Flavia Pardini*

...traçar uma política?



RESÍDUOS: primeiro, é preciso reduzir

A incineração de resíduos sólidos pode ser uma das soluções para regiões metropolitanas como a de São Paulo, mas não deve ser analisada de forma isolada. "Ela, sozinha, não adianta muito", diz Marussia Whately, coordenadora do Programa Mananciais, do Instituto Socioambiental (ISA).

Marussia participou de uma delegação de representantes de ONGs que visitou a Baviera em abril para conhecer o modelo de gestão de resíduos sólidos local. "Eles investiram em incineração porque têm limites ambientais e físicos para os aterros", conta. "Mas a incineração é parte de uma política bem equacionada que visa minimizar os resíduos e dar uma boa destinação a eles."

Para começar, não só os cidadãos, mas também as empresas pagam pela destinação dos resíduos que geram. Além disso, antes da incineração, há processos de triagem, reciclagem, compostagem e fermentação que reduzem a quantidade de lixo a ser queimado. Por fim, a tecnologia reduziu ao mínimo a emissão de toxinas na incineração, tornando-a ambientalmente aceitável.

Em São Paulo, ao contrário, a coleta seletiva é limitada e há disposição irregular de lixo, especialmente em áreas de mananciais. "Esta é uma discussão muito madura que São Paulo vai ter de fazer", diz Marussia. (*FP*)



INVESTIMENTO I

Biocapital

Nos anos 2000, a atenção do Stratus – Banco de Negócios se dirigia à tecnologia da informação. Hoje, os olhos estão voltados para a sustentabilidade, que, como o próprio nome indica, chegou para ficar. Essa é a aposta de Philippe Lisbona, um dos executivos do banco, que acaba de fechar a captação para o terceiro fundo de *venture capital*, com carteira de R$ 60 milhões, 100% formada por investidores brasileiros. Os dois primeiros fundos dedicam-se às pontocom, enquanto este último é focado em projetos sustentáveis, dentro de três vertentes.

A primeira delas refere-se a empresas que buscam substitutos biológicos para os materiais de origem fóssil, o que inclui biopolímeros, biocerâmicas e biocombustíveis. A segunda é voltada à biodiversidade, desde a agricultura orgânica até a biotecnologia. E a terceira, a serviços ambientais derivados da biomassa, entre os quais o mercado de créditos de carbono.

O fundo, que entrou em processo de registro na Comissão de Valores Mobiliários, chama-se *Stratus Venture Capital 3* e tem o BNDES como principal investidor, ao lado da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do fundo de pensão Petros, da Fundação Promon e da Basf Brasil, entre outros.

Com os R$ 60 milhões em carteira, o Stratus vai prospectar, durante três anos, potenciais investimentos, dentro de um universo de empresas com faturamento máximo anual de R$ 100 milhões. Cada uma das empresas selecionadas receberá aportes de R$ 10 milhões. "Nossas estatísticas indicam que, para cada 100 empresas avaliadas, uma é escolhida", diz Lisbona.
— por Amália Safatle

INVESTIMENTO II

PRINCÍPIOS ATIVOS

Os Princípios de Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), elaborados por um grupo de investidores sob a coordenação da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), foram só o começo. O grupo continua os trabalhos para criar metodologias e pôr os princípios em prática. "Há discrepância entre a crença e os instrumentos", diz Sérgio Rosa, presidente da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, única instituição brasileira que participou da elaboração do PRI, lançado em maio.

Os princípios são voluntários e incluem a incorporação de elementos sociais e ambientais nas análises de investimento, a colaboração para elevar a performance das empresas nestas áreas e a promoção dos princípios na comunidade financeira (*http://www.unpri.org/principles/portuguese.html*).

Os agentes financeiros que já aderiram ao PRI administram ativos globais de mais de US$ 2 trilhões – cerca de US$ 40 bilhões estão a cargo da Previ. Quando os princípios forem aplicados na prática, poderão trazer o chamado investimento socialmente responsável para o *mainstream*. "O ideal é que, ao mesmo tempo, as empresas avancem na incorporação de elementos socioambientais e de governança para atender às exigências dos investidores", diz Rosa. *(FP)*

AGRICULTURA

Passe valorizado

Enquanto a agricultura vive uma das maiores crises de sua história, há um segmento pouco aproveitado pelos agricultores: o da produção de grãos certificados. Segundo Antonio Carlos Caio da Silva, presidente da TÜV Rheinland Brasil, há uma demanda crescente – principalmente de compradores europeus – por produtos com selo que leve em conta critérios socioambientais, de segurança no trabalho e qualidade, e que não tem sido atendida pela oferta nacional.

A TÜV, criada em 1887 na Alemanha, lançou no Brasil o selo GrünPass, que certifica produtos agrícolas em conformidade a essas exigências.

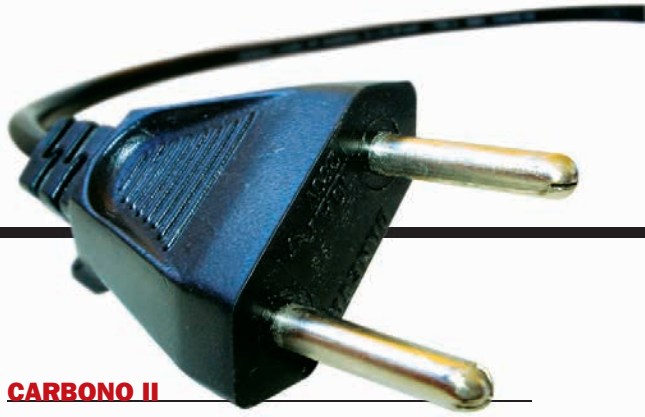
Segundo Silva, o descompasso entre demanda e oferta decorre da falta de preparo dos produtores e do histórico de desmatamento irregular nas propriedades. Além disso, a certificação requer investimentos e a adesão de toda a cadeia de custódia, do produtor ao comprador final.

Por enquanto, obtiveram o GrünPass no Brasil cinco grandes exportadores de grãos. De acordo com Silva, os detentores do selo descobrem que a certificação induz a processos administrativos mais eficientes e passam a acessar um mercado de maior valor agregado. Na Bolsa de Chicago, por exemplo, grãos certificados são cotados com diferencial de preço de US$ 6 a US$ 8 por tonelada.

O processo de certificação do GrünPass leva em conta se a propriedade está em área grilada ou de proteção ambiental, se o produto tem resíduos de defensivos, se os trabalhadores são contratados legalmente, entre outros quesitos. *(AS)*



notas



CARBONO I

Um *crash* do bem

O mercado de créditos de carbono pregou um susto nos investidores quando a cotação dos *allowances* comercializados no European Union Emission Trading Scheme despencou em até 63%, passando de 29,43 para 10,90 euros por tonelada entre 24 de maio e 2 de junho.

Os *allowances* são permissões para emissão de carbono, que representam o cumprimento das metas de redução dos países desenvolvidos que aderiram ao Protocolo de Kyoto. Uma indústria que emite abaixo do limite máximo estabelecido no plano nacional de alocação tem *allowances* a vender, e quem passa da meta pode comprá-los.

As empresas reduziram as emissões mais do que o estabelecido e geraram um excedente de 65 milhões de toneladas de carbono equivalente — boa notícia para o planeta. As metas de redução teriam sido brandas para garantir a adesão ao protocolo durante a Fase I (de 2005 a 2007) e testar a dinâmica do mercado, diz Philippe Lisbona, diretor do Stratus – Banco de Negócios.

Como a cotação no sistema europeu referencia os preços do carbono mundialmente, o primeiro *crash* afetou as perspectivas para projetos em geração de crédito de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), diz Lisbona. Na primeira semana de junho, a cotação havia se estabilizado no patamar de 20 euros. "Valores entre 10 e 20 euros fazem com que os projetos brasileiros de MDL sejam viáveis", afirma.

O diretor acredita na recuperação dos preços porque a Fase II do protocolo, de 2008 a 2012, deve ter metas mais rigorosas. Os créditos gerados por meio do MDL continuarão válidos para negociação durante a Fase II, ao contrário dos *allowances*, que expiram em 31 de dezembro de 2007. *(AS)*

CARBONO II

MDL EM PROFUSÃO

Os mais de 650 projetos de desenvolvimento limpo existentes no mundo têm potencial para reduzir as emissões de carbono em cerca de 1 bilhão de toneladas no período de sete a dez anos. Os dados são da Comissão Interministerial de Mudança do Clima e refletem a situação até 19 de maio.

Segundo o secretário-executivo da comissão, José Domingos Gonzales Miguez, surgem cerca de três novos projetos a cada dia. Com isso, no início de junho estimava-se que o total de projetos atingisse 760. Apesar da proliferação, apenas 175 foram aprovados pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Convenção sobre Mudanças Climáticas da ONU.

A Índia lidera, seguida do Brasil, que conta com 43 projetos registrados e três em fase de registro no Conselho. A maioria dos projetos brasileiros – 150 incluindo os não registrados – dedica-se à geração de energia e co-geração com biomassa, segundo Miguez. Mas, quanto às emissões, a maior contribuição vem de projetos em aterros sanitários e de redução de dióxido nitroso. *(FP)*

INCENTIVOS

A natureza cobra sua taxa

Incentivos fiscais para a cultura são comuns, com a Lei Rouanet e a do Audiovisual. Na responsabilidade social, os fundos de Direitos da Criança e do Adolescente estimulam investimentos. Já a área ambiental praticamente não conta com estímulos tributários, à exceção do ICMS ecológico em alguns municípios.

A formulação de um projeto de lei instituindo o Imposto de Renda Ecológico visa mudar esse quadro, ao levar pessoas físicas e jurídicas a destinar parte do IR a projetos de conservação e desenvolvimento sustentável. Seria uma forma de complementar os recursos públicos na execução de políticas ambientais.



Discutida no início de junho em seminário na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, a proposta tem o apoio do Ministério do Meio Ambiente.

Geórgia Pessoa, assessora jurídica da organização não governamental WWF-Brasil e coordenadora do Grupo de Trabalho IR Ecológico, diz que há consenso na sociedade em relação ao tema. A dificuldade, segundo ela, será encontrar espaço na agenda do Legislativo para aprovar o projeto, em função do ano eleitoral. *(AS)*

COSTA RICA É PRESERVADA

Com seus 4 milhões de habitantes, a pequena Costa Rica funciona como espécie de modelo piloto de pagamentos por serviços ambientais, no qual os demais países ou projetos podem se espelhar. A Costa Rica encontrou mecanismos financeiros eficazes que envolvem a biodiversidade, o mercado de créditos de carbono, a cobrança pelo uso da água e o ecoturismo. Os instrumentos atendem ao tripé fundamental da sustentabilidade, pois geram recursos econômicos que incentivam a preservação ambiental, ao mesmo tempo que criam benefícios sociais e empregos.

Segundo Carlos Rodríguez, ex-ministro do Meio Ambiente da Costa Rica e diretor da organização não governamental Conservação Internacional, os quatro serviços ambientais foram impostos por lei, depois que se proibiu, em nível federal, todo e qualquer desmatamento no país.

Não que esse processo tenha sido fácil: em palestra no Brasil, durante a comemoração do aniversário da SOS Mata Atlântica, em maio, Rodríguez contou como se deu o embate entre o Ministério do Meio Ambiente e as pastas da Agricultura e da Fazenda, até que as duas últimas se convencessem dos ganhos econômicos das medidas.

Hoje a Costa Rica tem 52% de seu território coberto por florestas, sem que isso se traduza em prejuízos econômicos. Ao contrário. Apenas a biodiversidade é capaz de gerar US$ 1,5 milhão por ano. A água dos parques nacionais gera uma taxa, paga pelos usuários, e com a arrecadação desse tributo é possível manter as áreas, sem precisar recorrer aos recursos do orçamento federal para a conservação.

Além disso, é obtida renda da floresta em pé, não só por meio dos ativos da biodiversidade, como pela geração de créditos de redução compensada de desmatamento e as receitas do ecoturismo. Outro exemplo: a pecuária, uma atividade importante no país, passou a coexistir com cercas vivas no pasto, também gerando créditos de carbono. *(AS)*









FONTES: quatro mecanismos geram receitas e promovem proteção ambiental e benefícios sociais no país

Transpor a experiência costa-riquenha com os pagamentos por serviços ambientais para o Brasil é uma tarefa complicada, a começar pelas diferenças territoriais, demográficas e culturais entre os dois países.

João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas do ministério brasileiro de Meio Ambiente, acrescenta ao rol de complexidades a legislação ambiental brasileira: "Aqui a lei foi toda construída para tentar controlar os passivos ambientais, mas não diz quais são os instrumentos para se transformar o meio ambiente em capital, em ativos", afirma.

Segundo Alexandre Prado, gerente de economia da Conservação Internacional, o Brasil reúne de tudo um pouco em termos de serviços ambientais, desde o próprio ecoturismo até o mercado de carbono, a cobrança pelo uso da água e os impostos ecológicos. O problema é que as iniciativas são esparsas, dentro de um território muito extenso. "O que falta é uma estratégia nacional capaz de consolidá-las", diz. *(AS)*

Agenda revisitada

O britânico John Elkington, fundador da consultoria SustainAbility — que popularizou o termo *tripple bottom line* —, afirma que a transformação nas grandes companhias não é rápida o suficiente para enfrentar desafios como pobreza, doenças e corrupção. Ele aposta na capacidade dos empreendedores sociais de mostrar ao mundo corporativo oportunidades de negócios onde menos se espera e, assim, impulsionar a mudança. Para as empresas, o salto é investir em novas maneiras de fazer negócio e transcende a agenda da responsabilidade social corporativa, que a SustainAbility ajudou a construir.

POR **FLAVIA PARDINI**

> As necessidades de bilhões de desvalidos deixarão marcas cada vez maiores no mundo desenvolvido, seja na forma de demanda por produtos, ou via desordem social e terrorismo

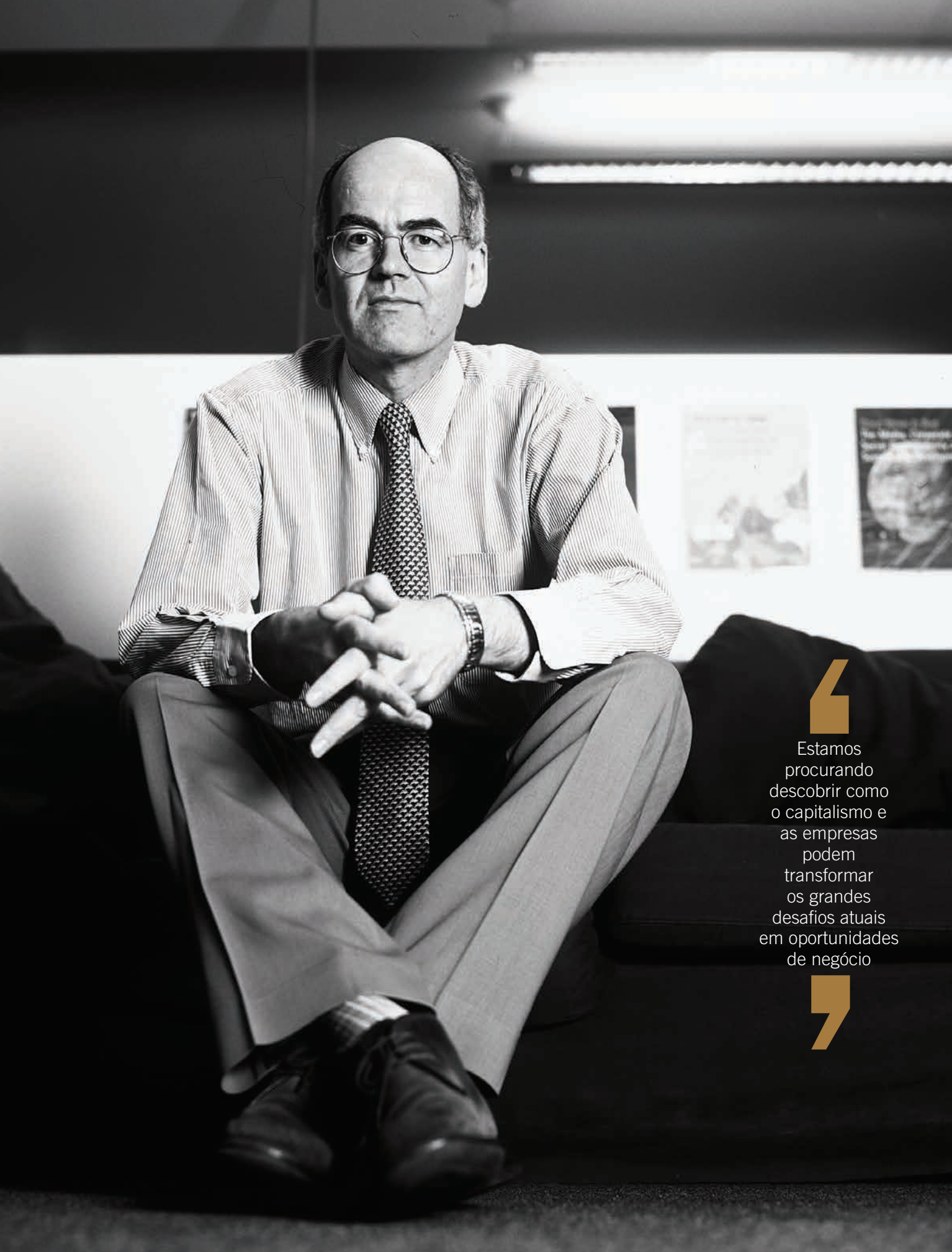
ADIANTE: O senhor firmou parceria com a Skoll Foundation na área de empreendedorismo social. Vai deixar a consultoria?

JOHN ELKINGTON: Várias empresas viram neste anúncio um sinal de que estaríamos nos afastando da consultoria corporativa para trabalhar com novos empreendimentos. Não é verdade. Continuamos interessados em trabalhar com grandes empresas estabelecidas. Mas, cada vez mais, vemos as grandes companhias debatendo-se com alguns dos desafios globais para os quais o capitalismo terá de encontrar respostas – temas como pobreza, doenças e outros cobertos pelas Metas de Desenvolvimento do Milênio, incluindo as mudanças climáticas. Da mesma maneira que dissemos "o que as ONGs podem ensinar às corporações?", estamos agora olhando para os empreendedores que operam em uma escala muito diferente de uma Coca-Cola, de um Starbucks ou de uma Ford. E perguntando: o que essas pessoas, ou o modo como trabalham, nos dizem sobre os mercados do futuro? Elas não são como as ONGs, que dizem "não faça" alguma coisa, mas tentam encontrar soluções para os problemas do mundo. Muitas procuram soluções em lugares onde as empresas estabelecidas nem pensariam em buscar oportunidades de mercado. Isso nos leva ao debate da base da pirâmide promovido por C.K. Prahalad. Ele identificou uma tendência importante: as necessidades e expectativas dos bilhões de desvalidos ao redor do globo deixarão marcas cada vez maiores no mundo desenvolvido. Isso pode se manifestar na forma de mercados e de demandas por coisas que as companhias ocidentais podem vir a fornecer. Mas também como desordem social, terrorismo ou resistência aos produtos ocidentais – como vimos recentemente com o boicote do mundo islâmico a empresas e produtos dinamarqueses.

A: Há problemas sociais graves. Em São Paulo houve uma batalha entre crime organizado e polícia. Como a agenda da sustentabilidade pode enfrentar situações como essa?

JE: Diretamente é muito difícil. Não se pode dizer às empresas que vão ao Brasil, ou às empresas brasileiras, que resolvam o problema do crime. Mas não acredito que economias ou sociedades sustentáveis serão possíveis a menos que enfrentemos o desafio de lidar com o crime, a corrupção e outros temas. A sustentabilidade não é apenas um desafio ambiental, ou mesmo social, mas relaciona-se com governança – como as decisões-chave são tomadas, como se elevam os níveis de transparência para garantir que sabemos o que os políticos, as grandes companhias, as comunidades estão fazendo.

FOTOS: SUSTAINABILITY / DIVULGAÇÃO



“Estamos procurando descobrir como o capitalismo e as empresas podem transformar os grandes desafios atuais em oportunidades de negócio”

A: Como será o trabalho com empreendedores?
JE: A natureza dos mercados, incluindo os mercados financeiros, torna extremamente difícil, mesmo para os líderes empresariais mais visionários e corajosos, sair na frente de seus competidores. A menos que sejam uma Toyota e tenham um Prius. Altamente empreendedoras, as pessoas da Toyota que desenvolveram o Prius foram contra um sistema que não queria o que elas acreditavam que o mercado eventualmente demandaria. Com a Skoll Foundation vamos alcançar empreendedores e inovadores que estão experimentando novas tecnologias e modelos de negócios. Vamos ajudá-los, seja em termos de levar os resultados ao mercado, de administrar os empreendimentos, ou acessar financiamento, desenvolver parcerias com companhias estabelecidas que têm tecnologia, recursos, capacidade de gestão e logística para dar escala a essas iniciativas.

Muitas companhias colocam temas que afetam sua reputação e relação com um punhado de *stakeholders* em uma unidade ou departamento de responsabilidade social corporativa (RSC). Mas esses departamentos tendem a ser marginais dentro das empresas, não têm influência sobre os *chief financial officers* ou os chefes de pesquisa e tecnologia. Em nosso trabalho, muitas vezes nos reportamos aos CEOs e ao conselho das companhias, mas há uma série de pessoas com quem não nos engajamos, justamente os *chief financial officers*, os banqueiros de investimentos, os *venture capitalists*, o tipo de pessoa que direciona a mudança nas economias capitalistas. Ao focar nos empreendedores sociais, estamos tentando mostrar aos departamentos de responsabilidade social corporativa e aos conselhos que, embora o que estejam fazendo seja muito bem-vindo, ainda é, basicamente, sobre como as companhias podem ser boas. Nós estamos procurando descobrir como o capitalismo em geral e as empresas bem-sucedidas em particular podem ir atrás de alguns desses desafios e transformá-los em grandes oportunidades de mercado.

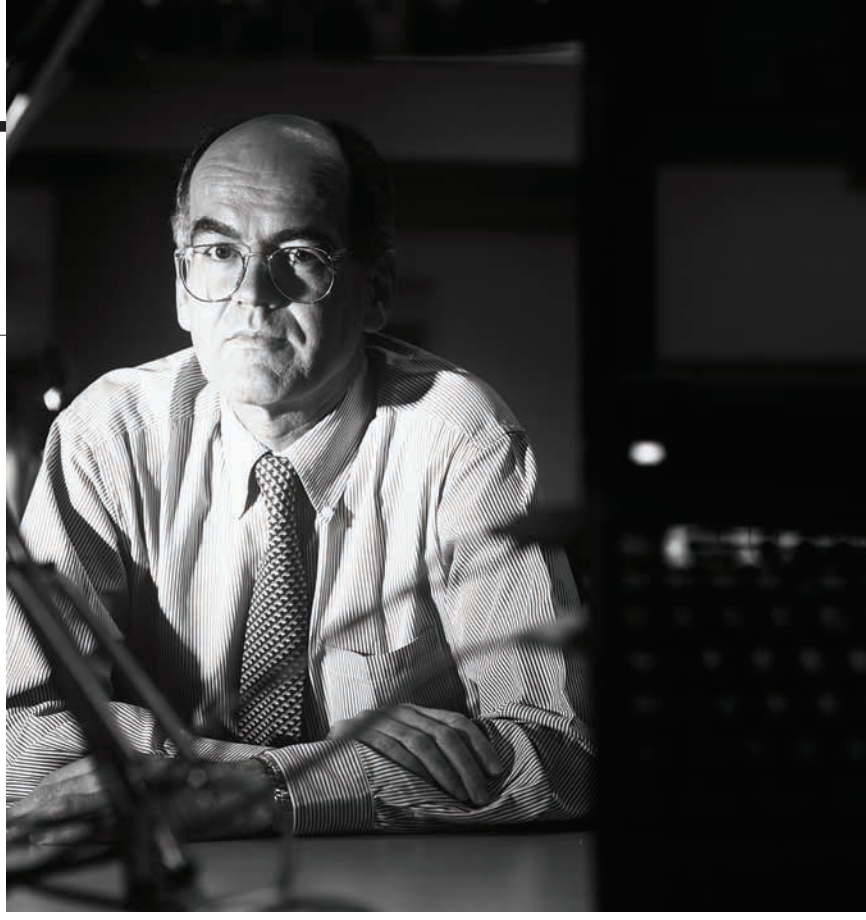
> A responsabilidade social é algo que absorve elementos daquilo que o mundo lá fora está pedindo, transforma-os e lhes dá uma nova embalagem. É quase uma camuflagem

A: Mudar o jeito de operar das empresas?
JE: Sim. É uma agenda perigosa para os interesses das companhias que preferem permanecer com a agenda de responsabilidade social corporativa. A RSC é algo em que você absorve elementos daquilo que o mundo lá fora está pedindo, transforma-os e lhes dá uma nova embalagem. É quase uma camuflagem. Muito é feito no melhor interesse da companhia, trata-se da sustentabilidade da companhia.
Mas o mercado começa a demandar e premiar tipos diferentes de investimento e comportamento das empresas.

Os economistas falam de destruição criativa – a cada 70, 80 anos as economias entram em fluxo: a economia do carvão dá lugar à economia do petróleo e, até certo ponto, o petróleo dá lugar à eletricidade. As empresas envolvidas com a economia do cavalo perderam quando apareceram Henry Ford e seus concorrentes, e assim por diante. Acho que estamos entrando em um período de destruição criativa porque as plataformas econômicas e tecnológicas que desenvolvemos não podem suportar nem mesmo nossa população atual de maneira sustentável ambientalmente e, ainda assim, estamos prestes a adicionar 3 bilhões de pessoas. Seja por meio da violência, ou por mecanismos econômicos, vamos ver mudanças profundas não só nas tecnologias, mas na maneira como são feitos os negócios e na propriedade dos processos de criação de valor. É uma agenda diferente da cidadania corporativa.

A: Ela foi um primeiro passo?
JE: Sim, levou as empresas a deixar de ser defensivas para tornar-se engajadas na conversa. O grande salto seria investirem em maneiras novas de fazer negócio.

A: O que o fez enxergar a necessidade de um segundo passo?
JE: Você descobre as coisas à medida que caminha. Eu não contava estar onde estamos atual-



mente. Quando começamos a SustainAbility, há quase 20 anos, eu havia trabalhado com governos, que se moviam lentamente, e com ONGs, que eram ótimas para atacar outras pessoas, mas não para promover mudanças práticas. Nós dissemos: "Vamos trabalhar para descobrir como alcançar o desenvolvimento sustentável com as empresas e através dos mercados". Percebemos que, mesmo com as companhias realmente compromissadas em fazer a mudança acontecer, há problemas com a sinalização de preços, os incentivos de mercado etc. As empresas que dominam os mercados hoje têm tanto a perder que resistem à mudança, até quando é tarde demais. A mudança em um sistema tende a vir de fora ou das margens, e é aí que a maior parte dos empreendedores trabalha atualmente. São estas pessoas que estamos tentando apoiar e conectar às companhias e instituições financeiras com pensamento de vanguarda.

A: Quais são essas companhias?

JE: Um exemplo seria o que aconteceu com a indústria telefônica em Bangladesh. Se você oferece pequenos empréstimos às pessoas, particularmente às mulheres, da maneira certa, você obtém altas taxas de pagamento. Então surgiu a idéia: seria possível aplicar um modelo semelhante nas telecomunicações? Pensava-se que, para oferecer serviços telefônicos a todas as pessoas na África ou América do Sul, seria preciso providenciar toda infra-estrutura. Mohammad Yunus, do Grameen Bank, e seus colegas disseram: "Se usarmos celulares, não há essa necessidade". O resultado foi que empresas grandes, como a Ericsson, viram oportunidades de mercado que antes estavam invisíveis para elas. Grupos como o Citibank começam a atuar nas microfinanças. O modelo da Cemex no México é a mesma coisa: fornecer uma opção micro para o consumidor e construir o modelo de negócio em torno disso.

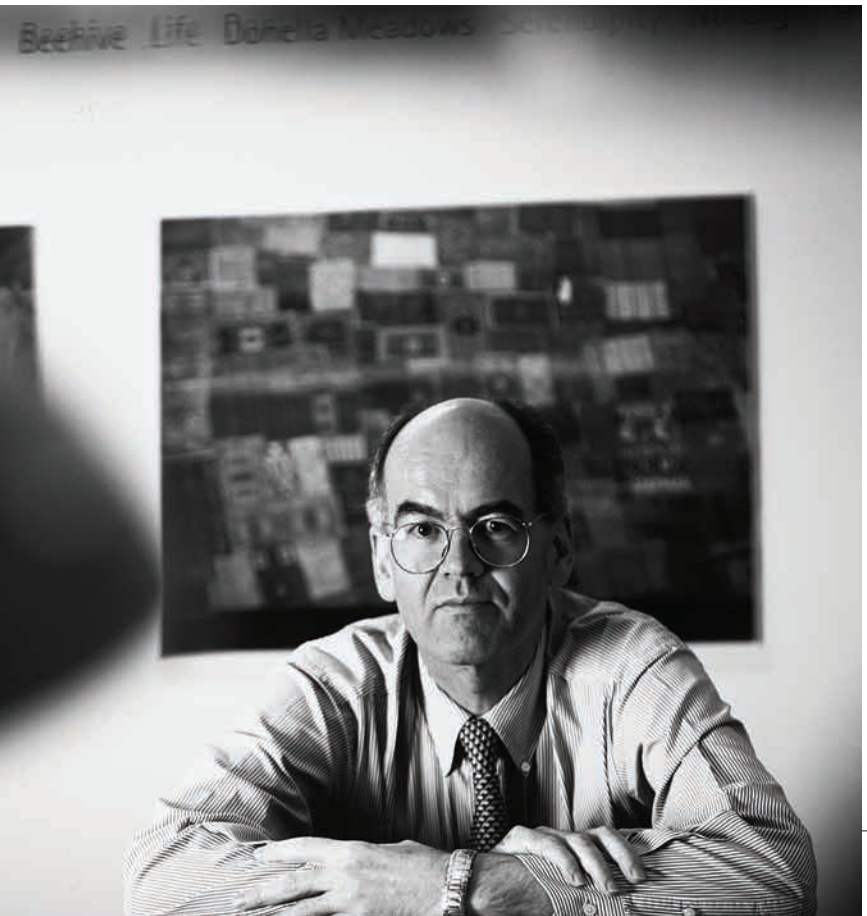
Nos últimos 20 anos a SustainAbility ajudou muitas companhias de porte a compreender uma série de temas ambientais, sociais, éticos e de governança, que são cada vez mais importantes e têm grandes implicações para elas. Mostramos que há um potencial para respostas em lugares inesperados. Por exemplo, tentamos encorajar as parcerias empresa-ONG. O que mudou é que cada vez mais achamos que o trabalho que fazemos com grandes companhias – não importa quão duro trabalhemos, ou eles trabalhem nas empresas – não é rápido o suficiente para enfrentar os desafios do mundo.

A: Mas esta é uma tarefa para as empresas?

JE: Hoje as multinacionais são os atores mais eficientes internacionalmente. Se quisermos que a globalização continue e funcione de modo eficiente, que atenda às necessidades de um número crescente de pessoas, algumas coisas têm de acontecer. Primeiro, precisamos de uma instituição de governança internacional mais forte. A ONU é extremamente fraca diante dos desafios que enfrentamos. Ao mesmo tempo, os governos têm dificuldades em fazer a coisa certa no tempo certo. O setor empresarial é muito bom – uma vez definidas as prioridades – em entregar resultados dentro do prazo, e de modo eficiente. Não se pode responsabilizar as companhias por todos os problemas do planeta. Mas, se elas têm interesse em mercados crescentes e no processo da globalização, então também têm em garantir

que as condições nas quais os mercados se desenvolvem – sociais, políticas, ambientais e assim por diante – sejam apropriadas.

A: Alguns empresários brasileiros pressionaram pela aprovação do projeto sobre conservação da Mata Atlântica. Essa prática acontece em outros países? É saudável?
JE: É raro, mas começa a acontecer. Mais freqüente é que vozes que tentam parar projetos ligados à sustentabilidade sejam mais fortes do que as que pressionam pelas mudanças certas. Quando o G8 se reuniu no ano passado, um grupo de empresas lideradas pela BP reivindicou que as mudanças climáticas fossem discutidas. John Browne, CEO da BP, está preocupado e tenta garantir que a BP faça sua parte. Outros CEOs têm papel importante na sinalização de preços e criação de mercados nos quais as empresas podem ser mais inteligentes.



A: O senhor disse que as empresas captam elementos externos e usam-nos como discurso próprio. Ao mesmo tempo, precisam engajar os *stakeholders*. Como resolver essa equação?
JE: As relações com os *stakeholders* podem sair do controle. Para ser honesto em relação às empresas, não há um fim para o que os *stakeholders* externos querem que elas façam. A tarefa estratégica é focar no que é diretamente relevante para as perspectivas de longo prazo do negócio. Nunca se obterá um consenso político do diálogo com *stakeholders* mas, ao trazer pessoas com interesses diversos para a discussão, os gestores podem ter uma visão mais clara das tendências sociais, ambientais, éticas e políticas na sociedade. Se forem inteligentes, isso lhes dará alguma orientação de para onde os mercados vão no futuro.

A: Iniciativas *multistakeholder*, como a Global Reporting Initiative (GRI), são válidas?
JE: Sim. Estive envolvido nos primeiros anos e continuamos a apoiar a GRI, mas há o perigo real de uma proliferação dos assuntos que essas iniciativas apresentam às empresas. Quanto mais *stakeholders as* iniciativas desse tipo abarcarem, maior a diversidade de prioridades que empurrarão às companhias.

A: Está em discussão na ISO um padrão internacional para responsabilidade social.
JE: Me sinto pouco à vontade com isso. Se o padrão trouxer conselhos sobre como abordar os temas de interesse, os processos que as companhias podem usar para compreender assuntos emergentes e estabelecer prioridades para ação, será útil. Mas grande parte dessa atividade de desenvolvimento de padrões parece oportunista. As agências normatizadoras têm interesse em criar padrões porque as pessoas pagam para aprender sobre eles e aplicá-los. Se feitos da maneira errada, levam a uma grande burocracia. Apesar disso, no Japão, na Coréia, e potencialmente na China, os padrões são levados a sério. Eles estão interessados nos padrões que têm de cumprir para



A WAL-MART está fazendo algo interessante e parece séria no propósito estratégico, mas seu modelo de negócio é insustentável

tornar-se fornecedores aceitáveis de produtos e serviços para mercados como o europeu.

A: Como é o trabalho com empresas como Ford, Microsoft? Estão abertas a seus conselhos?
JE: Queremos ver as companhias mudando na direção certa. Não estamos preparados para trabalhar com uma empresa enquanto ela engaja *stakeholders* mas faz pouco progresso. Nossos clientes sabem disso, sabem que nos negamos a prestar consultoria a algumas indústrias, que nos recusamos a assessorar algumas companhias por anos e que até rescindimos contratos, como com a Monsanto. Nos últimos anos, operamos no nível mais alto das companhias, porque esses temas passaram a ser vistos como estratégicos. Antes trabalhávamos em setores pesados, como petróleo, energia e automotivo. Agora estamos indo em outras direções, uma é o setor financeiro – bancos, seguradoras, resseguradoras –, e ao mesmo tempo somos abordados por empresas em estágio inicial, que tentam desenvolver novas tecnologias e modelos de negócio.

A: A Wal-Mart anunciou uma política ambiental. Sua consultoria foi procurada?
JE: Não, e eu ficaria muito nervoso. Estão fazendo algo interessante e parecem sérios no propósito estratégico, mas não gosto do modelo de negócio. A Wal-Mart é boa em oferecer produtos a pessoas que não teriam condições de adquiri-los, mas a estratégia... bem, eles foram descritos como um câncer do varejo. Levaria muito tempo antes que pudéssemos decidir trabalhar para uma companhia como essa, se é que trabalharíamos.

A: Mas eles poderiam ter um grande impacto, se realmente mudassem a maneira de operar.
JE: Concordo. Eficiência energética, gestão de resíduos e políticas de sustentabilidade para a cadeia de fornecedores da Wal-Mart teriam um grande impacto. Mas se os ajuda a manter um modelo de negócio insustentável funcionando por mais tempo, devemos nos preocupar.

A: Isso significa que as companhias com as quais o senhor trabalha têm modelos sustentáveis?
JE: Não automaticamente. Não diria isso da Ford nem da General Motors. Estamos em um momento muito difícil na história para companhias como as montadoras de Detroit, possivelmente até para a Toyota a longo prazo. Nós fazemos um cálculo. Quando fomos abordados pela Shell, há 7 ou 8 anos, nos recusamos a trabalhar com eles por 2 anos antes de finalmente decidir que valia a pena. A cada ano, ou dois anos, reavaliamos essa escolha. Nunca diríamos que o fato de trabalharmos com uma companhia significa que ela seja sustentável, mas que vale o risco para a nossa reputação tentar ajudá-la a fazer as coisas de uma maneira mais eficiente – quase sustentável.

A: O senhor tem um blog, escreve artigos. Qual o papel que a comunicação pode ter no esforço de tornar o mundo mais sustentável?
JE: Se compararmos com há 20, 30 anos, houve um progresso extraordinário. Em veículos como *Fortune*, *BusinessWeek* ou *Financial Times*, a cobertura de assuntos ligados à sustentabilidade – mesmo que não se use essa linguagem – aumentou incrivelmente. Sentem que não há opção senão cobrir esses temas e envolver-se no debate. Ao mesmo tempo, a internet abriu um universo espetacular de informação para as pessoas comuns sobre governos e empresas. Estamos mais bem informados do que jamais estivemos. O problema é que o excesso de informação às vezes é usado como desculpa para que se faça muito pouco. Aí está a importância de jornalistas que conhecem o tema da sustentabilidade e sabem como apelar diretamente para o leitor, o espectador ou o ouvinte comuns. O valor dessas pessoas vai aumentar consideravelmente, da mesma maneira que subiu, nos últimos anos, o valor de analistas do mercado financeiro que sabem avaliar os elementos sociais, ambientais e de governança das empresas e dos modelos de negócio.

Nunca diríamos que o fato de trabalharmos com uma companhia significa que ela seja sustentável, mas que vale o risco para nossa reputação tentar ajudá-la a fazer as coisas de maneira mais eficiente



SEBASTIÃO MOREIRA/AE



O Brasil cantado em **verso e bola**

REVELADOR DE MAZELAS E VIRTUDES DA SOCIEDADE, O FUTEBOL MOSTRA QUE TEMOS NAS MÃOS — E NOS PÉS — A CAPACIDADE DE REINVENTAR O PAÍS

POR **AMÁLIA SAFATLE**



ASSIM COMO O CARNAVAL, o futebol pode ser facilmente acusado de desviar a atenção das "questões maiores" do País

Deus me deu perna comprida
E muita malícia
Pra correr atrás de bola
E fugir da polícia
Um dia ainda sou notícia

***PARTIDO ALTO*, DE CHICO BUARQUE**

Ruas desertas na noite de 15 de maio, em São Paulo. Ataques perpetrados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) levam 18 milhões de cidadãos, sob terror, a se trancafiar em suas casas.

Menos de um mês depois, em 13 de junho, ruas desertas novamente, em São Paulo e em todo o Brasil. A estréia da Seleção na Copa leva 185 milhões para diante das televisões. Inclusive Marcola, o líder do PCC que durante as ações terroristas reivindicava uma tevê de plasma para assistir aos jogos no presídio de Presidente Bernardes.

No fatídico 15 de maio, o técnico Carlos Alberto Parreira divulga os 23 nomes da Seleção Brasileira. Dois dias depois, o IBGE divulga a informação de que 72 milhões de brasileiros sofrem de insegurança alimentar, dos quais 14 milhões passam fome.

Enquanto isso, as ruas – especialmente as lojas – enfeitam-se de verde-e-amarelo, vendendo a imagem de um Brasil unificado pela alegre junção entre duas cores. Dois Brasis, entretanto, um *blue chip* e outro real, se desencontram quando se trata de sanar questões fundamentais e buscar em conjunto, tal como um time unido, a vitória diante das grandes fraquezas que o País coleciona nas áreas social, econômica e ambiental.

CIRCO OU REVELAÇÃO?

"Curiosa e paradoxal essa energia que nos faz solidários no futebol e nos separa no decorrer dos tempos normais de trabalho e política. Como se tivesse essa capacidade mágica de permitir a nossa autoleitura um tanto otimista e esperançosa, quando em todo o resto do ano nos faz desanimar e nos fechar num mais profundo pessimismo", escreve o cientista social Roberto DaMatta, em *A Bola Corre Mais Que os Homens* (Editora Rocco).

Seria o futebol o circo que aliena a população, mais um instrumento de propaganda política e de controle social, como foi no governo militar — em seguida apropriado vorazmente pela indústria de entretenimento e pelo aparato de consumo?

Assim como o Carnaval, o futebol pode ser facilmente acusado de desviar a atenção das "questões maiores" e adiar a busca de soluções para problemas como o da anomia social que o episódio do PCC provou, de forma tão dramática, existir no Brasil.

Uma leitura mais atenta, no entanto, coloca esse esporte como instrumento revelador da sociedade brasileira, de suas falhas e mazelas, de suas qualidades e proezas – e também de seus potenciais. Revela um país com uma identidade nacional por construir, identidade que, dizem estudiosos, somente será legítima se conduzida pelas próprias mãos – ou melhor, pés.

Já dizia Nelson Rodrigues: "O intelectual brasileiro que ignora o futebol é um alienado de babar na gravata", em crônica publicada em *O Globo*, em 1966.

"Eu via o futebol como um obscurecimento das questões centrais, mas, como historiador, comecei a avaliá-lo de maneira mais ampla", diz José Augusto Pádua, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "E vejo de modo favorável o fato de o Brasil ser reconhecido no exterior pelo futebol, que é um dos ícones positivos da globalização", afirma.

DaMatta enxerga o futebol também como instrumento capaz de traduzir a geopolítica mundial. No futebol americano, exemplifica,



CLOUIS FERREIRA/DIGNAMAGEM

> Curiosa e paradoxal essa energia que nos faz solidários no futebol e nos separa no decorrer dos tempos normais de trabalho e política



O FUTEBOL AMERICANO também reproduz o sistema político dos EUA: ganha o jogo quem penetrar mais no território inimigo. Como o Iraque e o Afeganistão

Tá lá o corpo estendido no chão
Em vez de rosto uma foto de um gol
Em vez de reza uma praga de alguém
E um silêncio servindo de amém

***DE FRENTE PRO CRIME*, DE JOÃO BOSCO E ALDIR BLANC**

o que conta pontos é o jogador carregar a bola (que é, de fato, uma bala) para dentro do território inimigo. "Tal como no sistema político americano, o seu futebol incorpora abertamente o conflito e a violência, metaforizando os avanços e as perdas em termos de território. Ganha o jogo quem penetrar num maior número de jardas do território inimigo. Tal como fizeram os americanos quando construíram o que chamam de Estados Unidos." Ou como fizeram recentemente no Iraque e no Afeganistão.

"O futebol não representa a sociedade brasileira, ele *é* a sociedade em si, em um espaço reduzido", afirma Ugo Giorgetti, cineasta e diretor de *Boleiros* 1 e 2. Metonímico, o futebol seria, então, a parte que significa o todo. Na avaliação de Giorgetti, a mesma desigualdade social, que é um dos problemas brasileiros mais gritantes, assim como o individualismo e a corrupção, é reproduzida fielmente no mundo futebolístico. De um lado, estão a disciplina e as regras, de outro, o jeitinho e a malandragem,



JÚLIO CORDEIRO/AG.RBS/AE



WILTON JUNIOR/AE

O MESMO IDEÁRIO de castas da sociedade se dá no futebol, onde existe uma imensa massa de jogadores, mas só 20 deles sobem ao estrelato

onde tentar enganar o juiz faz parte do jogo.

"O mesmo ideário de castas, que está enfiado na mentalidade brasileira, se dá no futebol, onde existe uma imensa massa de jogadores, mas somente 20 deles sobem ao estrelato. É uma espécie de 'minoria branca', interessada em ganhar seus euros e viver bem. É o que o (*governador de São Paulo*) Cláudio Lembo chamaria de 'elite branquinha'", diz Giorgetti.

"Hoje tendem a fazer parte da Seleção jogadores que jogam no Primeiro Mundo, e isso se for na Inglaterra, Espanha, Itália, França e Alemanha. Se jogarem na 'periferia' da Europa, do tipo Grécia, esquece", diz o cineasta.

BRASIL *BLUE CHIP* vs. BRASIL REAL

Especialmente na segunda versão de *Boleiros*, Giorgetti valeu-se do futebol para mostrar a apropriação do talento popular pelo *establishment* e pela indústria cultural, além do funcionamento corrupto da sociedade brasileira. No filme há cenas do celular usado largamente dentro das cadeias, da advogada que tem um caso com o presidiário, e outras situações tão verídicas hoje em dia.

"O Brasil vive em um déficit democrático, em que a sociedade é controlada pelos interesses particulares de uma elite", afirma o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Segundo ele, da classe média para cima impera o individualismo anárquico e autoritário, a anarquia dos bem-postos, que não são enquadrados pelo Estado. E, da classe média para baixo, está o sujeito que vive em um ambiente socioeconômico hostil, desestruturado pela anomia social.

"A elite brasileira não percebe que está na Suazilândia, pensa que está na Quinta Avenida. A classe média está preparando seus filhos para uma catástrofe social", afirma.

O Brasil *blue chip*, ou da Quinta Avenida, está nas empresas que conquistaram o *investment grade*, pontuação máxima nos mercados que indica a capacidade financeira de honrar compromissos. Está também nos bancos brasileiros que figuram entre os maiores dos EUA.

Segundo ranking da consultoria Economática formado por instituições brasileiras e americanas, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Unibanco figuravam, em 22 de maio, entre as 20 primeiras posições por valor de mercado, calculado pela quantidade de ações PN e ON em circulação vezes a sua cotação.

Também a cotação do latão no "mercado brasileiro de sucata" deveria estar em alta, desta

A gente é torto igual Garrincha, Aleijadinho
Ninguém precisa consertar
Se não der certo a gente se virar sozinho
Decerto então nunca vai dar

***A CARA DO BRASIL*, DE VICENTE BARRETO E CELSO VIÁFORA**

vez no Brasil real, quando partes do *14-Bis* foram arrancadas na Praça Campo de Bagatelle, na capital paulista, à luz do dia. A réplica do *14-Bis* construída em latão ficou depenada justamente na comemoração do centenário do vôo do avião, símbolo da inventividade brasileira.

DOMÍNIO DA BOLA

Se o futebol revela os problemas e as contradições, pode indicar também as saídas. E por isso fascina tanto o brasileiro, pois prova que, assim como conseguiu imprimir, em nível mundial, uma identidade tão própria a um esporte de origem bretã, é também capaz de reinventar seu caminho, a seu próprio modo – e jeitinho. Antropofagicamente, como antecipado no Movimento Modernista, nos anos 20, o Brasil seria capaz de engolir a cultura estrangeira e devolvê-la repaginada.

Pode, portanto, buscar um modelo de desenvolvimento não mimético, importado do Primeiro Mundo, mas nascido de suas próprias potencialidades, sejam elas ligadas ao capital humano ou ao capital natural (*leia mais sobre o assunto na reportagem sobre recursos naturais nesta edição*).

É o que defende Ignacy Sachs, diretor honorário do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da École des Hautes Études en Sciences Sociales, em entrevista a ADIANTE (*"Por um Modelo de Próprio Punho", no número zero da revista*).

Segundo o historiador Pádua, o intercâmbio com o esporte bretão, que resultou num futebol tão brasileiro, mostra que as trocas ecológicas e culturais entre os países nem sempre geram problemas, podem até mesmo ser vantajosas.

"Nós, brasileiros, somos uns copiadores, mas não no futebol", enfatiza Belluzzo. "Fomos criativos também na economia, inventamos a indexação. Que país já teve cinco taxas de câmbio funcionando ao mesmo tempo? Mas, de um tempo para cá, sobretudo a partir dos anos 80, viramos um povo sem identidade."

Foi a partir dos anos 80, principalmente, que o Brasil abraçou um sistema produtivo e financeiro ditado por normas internacionais, e que sufocaram a criação de um modelo de desenvolvimento próprio, num efeito perverso da globalização.

Luiz Alberto Moniz Bandeira, cientista político e professor emérito da Universidade de Brasília, radicado na Alemanha, ressalta que o Brasil não conseguiu, no exterior, que sua imagem se diferenciasse do restante da América Latina. Fenômeno que tem raízes na "incompetência das elites e na tradição colonial de alguns setores", afirma.

Jean Pierre Leroy, assessor da Fase, a mais antiga organização não governamental do País, afirma: "É um país que não se fez por si próprio, movido pelo interesse de minorias".

Quando o Museu de Arte de São Paulo, o Masp, ficou às escuras, no dia 23 de maio, Luiz Marques, o historiador e conservador-chefe do museu entre os anos de 1994 e 1997, expôs em entrevista a *O Estado de S. Paulo* as razões do corte de luz do museu, anteriores à dívida que há anos se arrastava com a Eletropaulo.

Marques mostrou que não pode sobreviver um museu que não nasceu da própria sociedade e por isso jamais foi abraçado por ela. O museu que arquitetonicamente parece suspenso no ar sofreria da falta de sustentabilidade cultural.

"O Masp é um iceberg que a gente pegou na Europa e trouxe para cá. Mas agora ele está derretendo, não é daqui", afirmou. Além do que, acrescenta Marques, não há elites no Brasil,



RENATO LUIZ FERREIRA/AE

O ESPORTE que não escolhe biótipos cai nas graças do País, em busca da colocação no cenário internacional que lhe é negada em outras áreas

apenas ricos. "O sujeito abriu um franchising de esfiha e ficou rico. Você quer que esse sujeito perceba que cultura é importante?"

Em resposta à cultura importada imposta de cima para baixo, o futebol, portanto, seria uma das formas de o Brasil resgatar as expressões populares, nascidas do barro do chão, dos campinhos de várzea, e portanto extremamente autênticas.

Acessível a todos, o futebol é, para DaMatta, democrático e popular pela própria natureza do jogo, pois o uso do pé como instrumento de controle da bola faz com que ela tenda a correr rente ao chão, anulando ou neutralizando a altura ou o grau de robustez física dos jogadores. Com isso pode atrair praticantes de todos os biótipos, rejeitados ou preteridos por outro esporte, como o voleibol, o rúgbi ou o basquete.

Talvez por isso tenha caído tanto nas graças do Brasil, país sempre em busca de uma colocação no cenário internacional que lhe é negada em outras áreas, como a economia e a política.

CAIXINHA DE SURPRESAS

Mas há outros fatores para o fascínio do brasileiro. "Dado o alto grau de aleatoriedade, por ser jogado com os pés, o mais fraco pode ganhar do mais forte", diz Belluzzo. E, segundo DaMatta, essa incerteza dos resultados, a tal caixinha de surpresas, faz com que se exercite uma enorme fé no País. "Assim como no Carnaval, revelamos no futebol notável capacidade organizadora e um desejo descomunal de transformar o espaço coletivo. Aí é que descobrimos por que amamos tanto esse jogo que nivela todas as diferenças e, especialmente, pretensas superioridades", diz o cientista social.

Para DaMatta, o milagre é que o jogo se ganha no campo, o gol estabelece, de forma definitiva, um ganhador e um perdedor. Pelo menos nesta hora, de nada adianta o parlatório das falsas promessas ou o derrame de dinheiro – ou a propaganda. Vence quem marcar o gol.

E, assim, diz ele, o futebol deu ao povo sua cidadania definitiva, pela igualdade perante as regras que não mudam e valem para todos. Por um modo de pertencer sem mediações eruditas e complicadas, dessas que permeiam o linguajar dos políticos, dos economistas e dos juristas. E pela experiência com a vitória e com a excelência.

"No futebol e pelo futebol, o povo aprendeu

> Dado o alto grau de aleatoriedade do jogo, por ser jogado com os pés, o mais fraco pode ganhar do mais forte

De repente é aquela corrente pra frente
Parece que todo o Brasil deu a mão
Todos ligados na mesma emoção
Tudo é um só coração

***"HINO" DE 1970*, DE MIGUEL GUSTAVO**

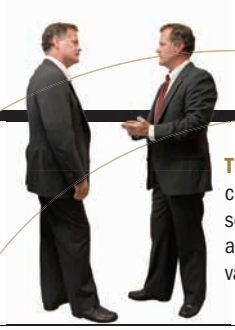
que pode vencer seus problemas sem salvacionismos messiânicos ou ideológicos. Se sou vitorioso na bola, por que não ser igualmente excelente no estudo, na arte e na minha atividade profissional? Se o Brasil é penta na pelota, por que não transformá-lo num campeão de justiça social e distribuição de renda?", escreveu DaMatta em uma série de crônicas publicadas em O Estado, depois que a Seleção conquistou o pentacampeonato.

EM TREINO ETERNO

Há 40, 50 anos, outros cronistas também enxergavam o futebol como piloto de uma atuação transformadora necessária para o País. Em *Com Brasileiro, Não Há Quem Possa!* (Editora Unesp), Fatima Martin Rodrigues Ferreira Antunes, socióloga do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, mostra que José Lins do Rego e os irmãos Mário Filho e Nelson Rodrigues defendiam a idéia de que o Brasil



ROBERTO STUCKERT/FOLHA IMAGEM



TROCAS ECOLÓGICAS e culturais entre países nem sempre geram problemas, ao contrário, podem ser vantajosas

precisava aprender a usar esses momentos de júbilo e união nacional para enfrentar seus grandes problemas.

Os três eram considerados os expoentes da crônica de futebol, altamente influenciados pelo pensamento de Gilberto Freyre, Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda. Propunham que a fé e a crença no brasileiro, resgatadas pelo futebol, deveriam orientar todo um povo na aquisição da auto-estima, promover um sentimento de união nacional, e servir de modelo e estímulo à construção da nação brasileira.

"Por que perdemos em 50? Porque o Uruguai era uma pátria e nós, um time", escreveu Nelson Rodrigues em *O Globo*, em 17 de junho de 1970. "A Copa é o nosso Sete de Setembro", resume Fatima.

A socióloga demonstra como na Copa de 50 a confiança na nação e a Seleção já se misturavam. Desde a preparação para sediar o campeonato até a terrível final em 16 de julho, contra o Uruguai, o País foi de um oposto ao outro: da euforia até o que Nelson Rodrigues cunhou como complexo de vira-lata.

Em 1948, a prefeitura do Rio de Janeiro começou a construir, às margens do Rio Maracanã, Zona Norte da cidade, o maior estádio do Brasil e do mundo, com capacidade para 155 mil pessoas, a fim de sediar a Copa. Segundo Fatima, a construção do estádio passou a simbolizar a capacidade de realização e do espírito empreendedor do brasileiro.

"Um estádio ciclópico, feito em menos de dois anos. Uma demonstração de que o brasileiro é capaz, sim, de realizar seu desenvolvimento pleno, desde que haja apoio e boa vontade dos dirigentes", disse na época Zé Lins do Rego.

"Com isso, Zé Lins queria dizer que a tão propalada aversão ao trabalho não seria inata ao brasileiro, mas fruto da omissão das autoridades e da ausência de políticas públicas adequadas", diz Fatima. E que o Brasil contava com recursos humanos e naturais para pôr em prática sua capacidade realizadora.

"Aí está uma demonstração em concreto armado do que pode fazer o brasileiro (...) E tudo está em ferro e cimento brasileiro, e com engenheiros brasileiros. (...) Aí devemos cair no ufanismo e com toda a razão. O que realizou em tão limitado espaço de tempo a técnica brasileira é de espantar" (José Lins do Rego, no *Jornal dos Sports*, em 11 de maio de 1950)

Até que em 16 de julho, após uma campanha impecável, o Brasil, que precisava de um empate, amargou a derrota para o Uruguai por 2 a 1. O Maracanã inteiro caiu em silêncio. Depois, aplaudiu civilizadamente o novo campeão do mundo. Mas não sem criar um complexo de inferioridade nacional, justamente quando o País tentava se posicionar em um mundo dividido pela guerra.

Já na Copa de 58, com a remissão da derrota pela conquista do primeiro campeonato, o Brasil conseguiu se apresentar mais confiante ao mundo. "É a partir de 1958 que o País começa a fazer sua promoção no comércio exterior", afirma Belluzzo.

Mas aí vem à tona um elemento bastante negativo, representativo da elite brasileira e de seu ideário de castas apontado por Ugo Giorgetti. Segundo Belluzzo, pouca gente falava abertamente, mas a derrota de 50 foi atribuída à grande presença de jogadores negros na Seleção, a partir do que houve o propósito de convocar o maior número possível de jogadores brancos em 58.

Em 1962, um fenômeno vinha provar que a elite, mais uma vez, estava errada. Nelson Rodrigues relata o segundo tempo do jogo Brasil e Espanha, valendo uma vaga para as quartas-de-final: "Setenta e cinco milhões de almas a meio pau... E de repente ocorre o milagre: o Brasil se descobre a si mesmo... Então começou o olé... A partir do segundo tempo, algo mudou no destino do Brasil". (*Fatos & Fotos*, 16 de junho de 1962). De virada, vencemos por 2 a 1.

> É a partir de 1958 que o País começa a fazer sua promoção no comércio exterior



REGINALDO MANENTE/AE

COM UMA DEFORMAÇÃO nas pernas, Garrincha dava ao brasileiro a lição da auto-aceitação e a superação do complexo de vira-lata

> O brasileiro não se parece com ninguém, nem com os sul-americanos. Repito: o brasileiro é uma nova experiência humana

Em seguida, a conquista do bicampeonato consagrava Garrincha como símbolo máximo da brasilidade, representante genial do futebol-arte e da mestiçagem. "Com uma deformação nas pernas, Garrincha dava ao brasileiro uma grande lição: a da auto-aceitação, a superação do complexo de vira-lata", afirma Fatima.

Garrincha divulgou um traço decisivo do caráter brasileiro – a molecagem – em uma combinação entre a ingenuidade e a esperteza que já no Modernismo havia sido associada ao caráter nacional, por meio do Macunaíma de Mário de Andrade.

DEMOCRACIA RACIAL?

Zé Lins do Rego veio então defender a tese de que a identidade brasileira se formava na mestiçagem, fundada sobre uma democracia racial. A mistura de raças seria a grande vantagem comparativa do Brasil, e sua grande contribuição a dar ao mundo.

Segundo Fatima, a partida final, em 62, entre a então Tchecoslováquia e o Brasil, significou para Nelson uma batalha entre os róseos europeus e os brasileiros feios e tortos, representados por Mané Garrincha. "A Europa podia imitar o nosso jogo e nunca a nossa qualidade humana. O brasileiro não se parece com ninguém, nem com os sul-americanos. Repito: o brasileiro é uma nova experiência humana", escreveu Nelson Rodrigues, em *Fatos & Fotos,* em junho de 1962.

Mas, apesar de a classe dominante brasileira ter aceitado no olimpo futebolístico Pelé, Ronaldinho Gaúcho, Robinho e Roberto Carlos, o complexo de vira-lata ainda é latente, expresso na forma do racismo e do preconceito.

Em uma de suas crônicas, Roberto DaMatta



ARQUIVO/AE

usou como exemplo o jogo entre Camarões e Suécia, na Copa de 94. Segundo ele, tudo o que o time de Camarões apresentava de inovador era visto como prova de inferioridade. Comentaristas do jogo referiam-se aos Camarões como o time africano, chamando seus jogadores, "sobretudo o maravilhoso, ousado e criativo goleiro Bell, de irresponsáveis".

"O nome dos suecos era pronunciado com precisão – qual o locutor brasileiro que não quer ser sueco? – ao passo que o nome dos jogadores dos Camarões era sempre dito com um acento de gozação. Pobre Terceiro Mundo, que disputa muito mais que o futebol, pois sua verdadeira luta é com o próprio sistema de crença que reafirma sistematicamente sua inferioridade", diz DaMatta.

As ruas no Brasil estão vestidas de verde-e-amarelo, mais em função da sociedade de consumo seduzida pelo comércio e pela espetacularização do futebol do que pelo sentimento de ser brasileiro. "Com a globalização, começou a ser desfeito o ideário nacionalista. Hoje é apenas mais um espetáculo de mídia, uma indústria cultural", afirma Luiz Carlos Ribeiro, professor de História do Brasil da Universidade Federal do Paraná e estudioso das relações entre futebol e identidade nacional.

"Chegamos à 18ª Copa do Mundo. O Brasil já perdeu, já ganhou, e não resolveu seus problemas", diz Ribeiro. Treino é que não faltou. Mas todos os lances estão registrados.

Em tempos de PCC, rebeliões e decapitações em presídios, cai bem o paralelo com o futebol que, segundo o mito de origem, teria nascido do costume aldeão inglês de chutar cabeças de inimigos, depois substituídas por bolas de pano e couro, como escreve DaMatta.

As imagens do terror em São Paulo apagam-se da memória dos brasileiros a cada dia. No país do samba e do futebol, *sem pressa foi cada um pro seu lado/ Pensando numa mulher ou num time/ Olhei o corpo no chão e fechei/ Minha janela de frente pro crime*.



Batalha pela tradição

Em Pirenópolis, a encenação da disputa entre cristãos e mouros reaviva o dilema entre modernidade e preservação das raízes

TEXTO E FOTOS **IGOR PESSOA**





Doze cavaleiros cristãos enfrentam doze mouros, em um simbólico campo de batalhas

Modernizar-se ou manter as raízes? Globalizado, o carnaval tornou-se um evento nacional, quiçá internacional, com hordas de turistas – e seus dólares – desembarcando em solo nacional durante a Quaresma. Mas há milhares de festividades típicas ao redor do País que ainda enfrentam o dilema da tradição *versus* modernidade. Algumas com toques pitorescos.

Em Pirenópolis, cidade de 18 mil habitantes em Goiás, conhecida pelo belo conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN e pelas cavalhadas, a construção de uma moderníssima arena para a realização dessas festividades trouxe o dilema à baila.

As cavalhadas acontecem durante a festa do Divino Espírito Santo e representam as batalhas travadas por Carlos Magno para livrar a península ibérica da presença dos mouros. Foram introduzidas no Brasil pelos jesuítas há mais de 200 anos como instrumento de catequese, demonstrando a "invencibilidade" da religião católica. Durante três dias, doze cavaleiros cristãos, liderados por seu rei, enfrentam outros doze mouros, em um simbólico campo de batalhas. Ao final, os mouros, vencidos, abdicam de sua fé e abraçam a Santíssima Trindade.

Há 188 anos os pirenopolinos realizam a festa, cujos preparativos se estendem pelo ano e envolvem toda a comunidade, dos mais abastados aos mais humildes.

A cada ano, entretanto, a festa parece distanciar-se de suas origens, com o envolvimento de profissionais especializados, o aumento da infra-estrutura e dos custos do evento, tornando-se dependente do apoio do Estado e de empresas privadas. Quando o Estado começou a contribuir, há 20 anos, os moradores das fazendas próximas deixaram de trazer suas oferendas.

Desde os idos de 1950 a festa acontecia no campo de futebol da associação desportiva local. Vizinho ao centro histórico tombado da cidade, o campo hoje se encontra cercado de construções residenciais e comerciais. As ruas de acesso são estreitas e não há locais previstos para estacionamento. Há dois anos, em acordo firmado com a administração estadual, o campo foi cedido ao governo em troca da construção da arena, que será também palco de jogos, shows e outros eventos públicos.

Depois de uma paralisação das obras por nove meses em 2005 – o que transferiu as cavalhadas para outro local – o cavalhódromo foi finalmente inaugurado este ano, apesar das obras ainda inconclusas.

Pompeu Christovão de Pina, tradicional organizador da festa, defende a profissionalização da cavalhada como uma maneira de fomentar o turismo e garantir conforto e





A lua, símbolo mouro, surge inesperada no alto da arena de concreto erguida para as festas





Dúvidas sobre os motivos para construção da arena não apagaram a riqueza da tradição







Ao final das festividades, os mouros abdicam de sua fé e abraçam a Santíssima Trindade

segurança ao público. Mas a atual administração da cidade acredita que as festas tradicionais devem estar voltadas para os moradores, diz Carlos Alberto do Rego, secretário de Turismo e Cultura. Para atrair turistas, acescenta, deve-se criar um calendário de eventos específicos a exemplo dos festivais gastronômico e de música.

A despeito da pressão do empresariado local para a mudança de data da cavalhada, a prefeitura insiste na manutenção da data tradicional: de domingo a terça. À exceção de convidados, é quase inexistente a presença de turistas nos dois últimos dias.

Sombras pairam sobre a concepção e gestação da idéia do cavalhódromo. Não houve consulta popular sobre a escolha do local e os objetivos da obra. Nos dias anteriores ao início da festa, o queixume nas ruas era intenso. Mesmo sem conseguir apontar claramente a causa de seu descontentamento, boa parte da população não conhecia sequer as novas instalações. Mas acreditava que a tradição tinha sido quebrada. E que a festa perderia seu encanto.

Para quem conhece o cavalhódromo, sua arquitetura causa estranheza. Construída em concreto aparente, é impossível não notar o contraste com o estilo colonial da cidade. A tradição reza que cada família construa seu próprio camarote, em madeira roliça e cobertura de folhas de jasmim, para assistir à batalha entre cristãos e mouros. Na arena de concreto, os camarotes agora foram montados nas arquibancas, em um contraste nítido com a modernidade.

"Acho graça nesse negócio de tradição", diz uma jovem da cidade. "Se a gente quer trocar uma janela da nossa casa que está caindo aos pedaços, não pode por causa da bendita tradição. Aí vem o tal do governador e constrói esse trem aí de concreto, sem perguntar nada a ninguém."

Há os que vêem o cavalhódromo como uma benfeitoria. "Quem tem um campo de futebol desta qualidade com grama esmeralda no estado? Só o Serra Dourada, em Goiânia!", declara o secretário de Obras e Serviços Urbanos, João Batista Cabral. Mas dúvidas sobre a legitimidade da cessão de direitos de uso do campo, as diretrizes do projeto e suas vinculações políticas pairam acima das ovações e do tropel dos cavaleiros.

Ao final de dias de festividade, a riqueza da tradição deixa claro que as cavalhadas ainda são feitas para "os da casa". Não há cerimonial rígido a seguir. Mascarados, os cavaleiros que representam os gentios não obedecem às ordens do mestre-de-cerimônias. Pompeu discute com o narrador pelo sistema de som. A festa retrata o caráter do povo de Pirenópolis. A despeito da modernidade da estrutura de concreto.



Extrair para adicionar

A CRISE DA BOLÍVIA INDICA QUE A EXPORTAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS SÓ FAZ SENTIDO SE TROUXER BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS AOS PAÍSES

POR **FLAVIA PARDINI**



MAURICIO SIMONETTI/PULSAR IMAGEM



A nacionalização das reservas de gás natural da Bolívia e os movimentos pouco diplomáticos do governo Evo Morales para renegociar os contratos de exportação foram retratados pela mídia mundial com surpresa e alarde. À parte o fato de que os bolivianos aprovaram as medidas em referendo há dois anos e, no ano passado, elegeram Morales para cumprir tal plataforma, há pouco que surpreenda na decisão de tentar extrair benefícios da principal *commodity* exportável em um período de preços altos.

O futuro vai dizer se as promessas feitas por Morales de transformação social a partir da nacionalização dos recursos naturais serão cumpridas, mas a vontade da população boliviana e a firmeza com que age o governo escancaram o fato de que, apesar de décadas buscando o desenvolvimento por meio da industrialização, países como a Bolívia – e o Brasil – continuam dependentes da exportação de matérias-primas. E, em seu bojo, de preciosos recursos naturais.

NA BOLÍVIA, mesmo que a nacionalização chegue a bom termo, o país continuará dependente de recursos naturais

A experiência mostra, entretanto, que a opção pela exportação de matérias-primas, apoiada na vantagem competitiva advinda de recursos naturais abundantes, energia e mão-de-obra baratas e a despreocupação com os impactos ambientais, está longe de dar conta da enorme tarefa de desenvolver economias que, há séculos, mantêm boa parte da população marginalizada.

Mesmo que o processo na Bolívia chegue a bom termo, o país continuará dependente de recursos naturais e inserido em uma economia globalizada, que cada vez mais valoriza o conteúdo tecnógico e discute até mesmo a "desmaterialização" da produção. O desafio para o Brasil, cuja economia é infinitamente mais diversificada e industrializada do que a boliviana, passa por questões semelhantes.

A indústria nacional encolheu nas últimas décadas – segundo o economista Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge, o setor respondeu por um terço do produto interno bruto brasileiro nos anos 70 e hoje não chega a 20%.

A extração exauriu o pau-brasil, a monocultura agrícola reduziu a Mata Atlântica a 7% da cobertura original e até mesmo a promessa do agronegócio entrou em crise e pleiteia, agora, a socialização dos prejuízos. Os benefícios da produção em larga escala de *commodities* agrícolas como a soja continuam concentrados nas mãos de poucos. De outro lado, os impactos ambientais da atividade agropecuária – que invade o Cerrado e a Amazônia – e da extração mineral – que há décadas alimenta o processo internacional de globalização – são cada vez mais visíveis.

Apesar da euforia dos mercados financeiros com a economia brasileira – a despeito de anos



MARCOS BRINDICCI/REUTERS

NO BRASIL, OS BENEFÍCIOS DA PRODUÇÃO EM LARGA ESCALA DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS CONTINUAM NAS MÃOS DE POUCOS

de crescimento baixo e pouco avanço na distribuição de renda –, há pouco a comemorar. E a pergunta persiste: como atender a demandas sociais legítimas, evitar a degradação dos recursos que compõem a base da economia e desenvolver-se ao mesmo tempo?

FOME PANTAGRUÉLICA

O crescimento da economia global nos últimos anos permitiu que países produtores de matérias-primas obtivessem renda diferencial, acumulassem reservas e transformassem seus déficits externos em superávits – caso do Brasil. Os países produtores de petróleo, por exemplo, acumularam um superávit em conta corrente de quase US$ 400 bilhões no ano passado.

Não foi só a Bolívia que agiu para embolsar o ganho com a alta das *commodities*. Em 2005, a Rússia paralisou a entrega de gás natural à Ucrânia por alguns dias – com impactos em vários países europeus – para obter preços maiores. A mineradora brasileira Vale do Rio Doce conseguiu, no ano passado, um aumento de 70% no preço do minério de ferro que exporta. O Chile, produtor e exportador de cobre – cujos preços dobraram nos últimos 12 anos –, criou um fundo em dólares para evitar o fortalecimento do peso e garantir que parte da receita atual com as exportações esteja disponível quando o *boom* acabar.

Por trás da alta dos preços das *commodities* está o crescimento global e, embutida nele, a expansão chinesa – com uma fome pantagruélica por matérias-primas. Além disso, há um quê de especulação com o preço das *commodities* por parte dos chamados *hedge funds* – fundos



DENNIS COX/ALAMY

OS PREÇOS DAS *COMMODITIES* REAGIRAM AO CRESCIMENTO GLOBAL E À EXPANSÃO CHINESA. MAS O *BOOM* COMEÇA A ARREFECER

desenhados para proteger os investidores de eventuais perdas e garantir altos retornos.

Existem sinais, entretanto, de que os preços das *commodities* começam a arrefecer – pelos menos para as não energéticas. A Vale do Rio Doce, por exemplo, pleiteia aumento bem mais modesto para o minério de ferro este ano, de 17%, e ainda não conseguiu acordo com os compradores.

O preço das *commodities* é pró-cíclico, explica Carlos Eduardo Young: quando a economia cresce, esses preços sobem acima da média e, quando ela desacelera, eles caem mais do que a média. "A longo prazo, a tendência é cair", diz ele. Conhecido como deterioração dos termos de troca, esse fenômeno prejudica os países que se apóiam na venda de matérias-primas, em oposição aos que apostam em agregar valor a elas por meio da industrialização.

A diferença entre a taxa de crescimento da economia global até 1800 e a depois de 1820 – quando já havia sido criado e posto em prática o sistema de máquinas – é gritante, lembra o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Com a industrialização – que nada mais é do que a aplicação da tecnologia para transformar a natureza –, são poucas as oportunidades de obter renda de uma situação como a da Bolívia, totalmente dependente de poucos recursos naturais, acrescenta.

"É melhor exportar aço do que minério de ferro ou *pellets*", diz Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e atualmente diretor da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). "Mas não a um custo de degradação ambiental, é importante incluir



nessa equação as externalidades – a destruição da crosta terrestre, os problemas causados ao ar e à água." Embora existam metodologias para incorporar custos ambientais como esses no processo de produção e formação de preços, a inclusão de custos sociais "ainda é uma aspiração", admite Ricupero. Que o digam os bolivianos.

A IDÉIA de que a industrialização leva ao desenvolvimento e gera conteúdo tecnológico pode ter funcionado na Ásia, não na América Latina

LIMITES PARA GLOBALIZAR

Apesar de a exploração de recursos naturais em geral render poucos dividendos para as populações locais, ela é a base de sucessivas ondas de globalização. A província amazônica de Carajás, por exemplo, foi usada pelo falecido sociólogo americano Stephen Bunker para explicar vários ciclos. "A Amazônia forneceu matérias-primas para as tecnologias predominantes em cada regime comercial que dominou o mundo", escreveu Bunker no livro *Globalization and the Race for Resources*, referindo-se à borracha, ao cacau, à madeira, entre outros produtos. Segundo ele, essas extrações moldaram as lutas nacionais pela dominação comercial entre portugueses e holandeses, entre holandeses e britânicos e entre britânicos e americanos, ao longo de séculos.

De acordo com Bunker, o processo de globalização apóia-se não só na tecnologia, mas também em questões físicas de matéria e espaço. A raiz do capitalismo – escreveu ele – está na expansão cumulativa de sua própria reprodução, alcançada com a introdução de novas tecnologias capazes de expandir as economias de escala – ou seja, a produção de um determinado bem em massa com o objetivo de reduzir o custo unitário. A viabilidade econômica de expandir a escala, entretanto, depende do fluxo de matéria e energia. "Os homens não podem criar matéria ou energia, podem apenas extraí-las de onde são produzidas na natureza e transformá-las", escreveu Bunker.

Mas há uma contradição: os tipos e as quantidades de matérias-primas exigidos pelas novas tecnologias são obtidos em lugares mais distantes, à medida que as fontes próximas do local de produção são exauridas, o que eleva seu preço e prejudica as economias de escala. A contradição, segundo Bunker, é resolvida com o aumento da capacidade e da velocidade do transporte, reduzindo o custo de movimentar grandes quantidades de matérias-primas. Para ele, a globalização não é a substituição das relações clássicas de classe, trabalho e política dentro de uma base territorial, mas sim um alerta de que o processo constante de expansão pode estar chegando a seus limites globais, materiais ou ecológicos.

A análise de Bunker insere-se em um debate com implicações diretas para os países em desenvolvimento. "Existe uma discussão sobre até que ponto está acontecendo a desmaterialização da economia", diz o historiador José Augusto Pádua. Citando dados levantados por



GABRIELA ROMEU/FOLHA IMAGEM



GASODUTOS, como o da Bolívia, levam preciosos recursos para onde são necessários. Assim nasceram vários ciclos de globalização

Bunker, Pádua afirma que, "do ponto de vista agregado, cada vez se consome mais recursos naturais".

O geógrafo Jared Diamond, autor dos livros *Colapso* e *Armas, Germes e Aço*, calculou a produção de matéria orgânica pelo planeta e concluiu, em 1987, que os homens se apropriavam de 22% delas. Para Pádua, o cálculo mostra que a capacidade do homem de produzir a partir de recursos naturais – sem desorganizar as bases de funcionamento do planeta – está chegando ao limite. Sem contar que a maior parte desses recursos é utilizada na produção de bens para uma minoria da população mundial.

Em contraponto à visão de Bunker e Pádua estão os que acreditam que a tecnologia vai possibilitar o uso de menos matéria na produção. "Sou contrário à linha que diz que faltarão recursos naturais", diz Young. Ele destaca a tendência de miniaturização de produtos como o iPod e os telefones celulares e indaga: quanto representam as matérias-primas no valor desses produtos? "Minha hipótese é que a tendência do capital é se libertar da base física."

A eficiência da miniaturização dos produtos criados pelo homem não se realiza do ponto de vista ambiental, rebate Pádua, em razão do aumento do consumismo (*leia reportagem sobre consumo na edição* 5 *de* Adiante) e da necessidade incessante de expandir a economia.

Embora a economia ecológica tenha demonstrado que as atividades econômicas estão inseridas no sistema natural e, portanto, há limites para sua expansão, a busca pelo crescimento – mesmo nos países desenvolvidos – permanece como o paradigma maior da sociedade moderna.

Nos países em desenvolvimento, com demandas sociais agudas, é ainda mais difícil pregar o crescimento zero. A tendência de depreciação dos recursos naturais no comércio internacional a longo prazo deixa esses países em situação ainda mais delicada.

REVISÃO DE ESTRATÉGIA

Para enfrentar a situação, o primeiro passo talvez seja rever a estratégia. A idéia de que a industrialização leva ao desenvolvimento embute a premissa de que os países periféricos gerem capacidade interna de criação de conteúdo tecnológico, mas não foi isso o que se viu na prática, pelo menos na América Latina.

As políticas adotadas, em grande parte, levaram à "especialização relativa em produtos de baixo dinamismo tecnológico, sem romper com o desequilíbrio fundamental na inserção no comércio internacional", escreveram Carlos Eduardo Young e Maria Cecília Lustosa, no artigo *A Questão Ambiental no Esquema Centro-Periferia* (*http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/14.pdf*).

Enquanto os países da periferia persistem na produção de matérias-primas e produtos de baixo conteúdo tecnológico — mas elevada demanda de energia e de recursos naturais, com capacidade de inovação limitada —, os países do centro mantêm o controle sobre os mercados de bens de alto valor agregado e tecnologia de ponta, argumentam os autores. Ou seja, os primeiros continuam inseridos no comércio internacional com base na vantagem



MARLENE BERGAMO/FOLHA IMAGEM

NÃO SE DEVE EXPORTAR MINÉRIO OU AÇO AO CUSTO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, DIZ RICUPERO. A QUESTÃO SOCIAL AINDA É ASPIRAÇÃO

da mão-de-obra e energia baratas e abundância de recursos naturais.

Para quebrar esse ciclo, Young defende a necessidade de uma produção de mais alto conteúdo tecnológico, mesmo que com base natural. Em vez de exportar soja produzida em grande escala a partir da mecanização – e por isso vendida ao preço mais baixo possível –, um país como o Brasil pode investir na produção natural com alto conteúdo tecnológico, diz o economista. Na área agrícola, por exemplo, trata-se da produção orgânica. "Ela tem um preço diferenciado, pois atinge o mercado *premium*", arremata.

O historiador Pádua lembra que os países desenvolvidos, embora sejam economias de mercado, têm um controle bastante rígido sobre os recursos naturais. Os Estados Unidos, por exemplo, dispõem de uma política definida para suas florestas, lembra. "Colocar grandes extensões de floresta no mercado, como é o caso da Amazônia, é exceção, não é regra", diz ele. "Na Europa, no Japão e nos Estados Unidos, muitas coisas são decididas além dos argumentos econômicos, um exemplo são os subsídios à agricultura."

Ainda assim, para Enrique Leff, ambientalista e professor da Universidade Autônoma do México, a economia apropriou-se dos recursos naturais, até mesmo daqueles superabundantes, quase livres, como a água, a terra e os materiais genéticos – desnaturalizou a natureza. A solução, em sua visão, seria a adoção de uma racionalidade ambiental.

Um projeto de racionalidade ambiental, segundo Leff, traz em seu bojo a harmonia entre a natureza e a cultura. Não é o caso da Bolívia, em que houve apenas a reapropriação pelo Estado das reservas minerais. Para Leff, um exemplo que espelha a promessa de uma racionalidade ambiental é o dos seringueiros brasileiros que, após uma luta de mais de um século, apropriaram-se de um território e forjaram uma identidade cultural própria. "É uma nova identidade que se vincula com a natureza", diz. "Não quer dizer deixar a natureza sem intervenção, mas fazê-lo com outros interesses que não os econômicos de curto prazo".

conto



MARIO MONZONI
é coordenador geral do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-EAESP (GVces)

Negociando com **Deus**

POR **MARIO MONZONI**

Cansado de milênios de exploração selvagem e do descaso humano com a natureza que lhe custou seis dias de trabalho exaustivo, Deus tomou uma decisão: apagar o Sol. Era o sexto ano do terceiro milênio, pelo calendário dos homens. Sem o calor e a energia do astro rei, raciocinou Ele, ficaria exposta a fragilidade do projeto humano.

Na sua exposição de motivos aos terráqueos, Deus avisou:

"No dia de hoje, decreto que a natureza, que por séculos e séculos foi explorada sem misericórdia, volte a ser soberana sobre seus recursos. A partir de agora, o Sol será desligado. Ofereço 180 dias de frio e escuridão para pormos um fim a esse descaso".

Entre os que reconheciam o direito soberano de Deus sobre o Sol, os que não admitiam uma quebra unilateral de contratos e aqueles preocupados com quanto frio e escuridão iriam repassar para os cidadãos e consumidores, os governantes não se entendiam e se desmentiam. Discutir preços, nem pensar: a natureza sempre ofereceu o Sol de graça!

Os mercados, à luz de velas, pareciam retornar aos primórdios da gritaria entre compradores e vendedores. A economia entrava aceleradamente em depressão. Aos populares, apesar da enorme confusão, sobrava a certeza de que, neste roteiro com sabor antediluviano, eles morreriam no final.

Passaram-se os dias e queimaram-se combustíveis fósseis para manter a Terra quente e iluminada. Mas o estoque de matéria orgânica – fonte de energia enterrada nas entranhas do planeta –, como há muito se sabia que aconteceria, esgotava-se a olhos vistos.

UMA INTERVENÇÃO DIVINA PARA FAZER OS HOMENS PERCEBEREM AS DÁDIVAS QUE TÊM NAS MÃOS: O SOL E A CONSCIÊNCIA

Desesperados, os diplomatas terráqueos cancelaram outros compromissos – antes considerados inadiáveis – e procuraram Deus.



Era preciso engajá-lo em um diálogo e buscar uma solução que evitasse o triste fim da raça humana, que tanta esperança de progresso havia alimentado nos séculos anteriores.

Resolveram marcar encontro na Lua, campo neutro, e partiram em seus foguetes. Ao desembarcar em solo lunar, os diplomatas encontraram São Jorge à sua espera. Quando Deus chamou, São Jorge conduziu os terráqueos à sala de reunião. Da cabeceira da mesa, Deus falou:

"Por milhões e milhões de anos a natureza governou a Terra e produziu o planeta mais perfeito que o Universo conhece. Cometeu um erro recente: criou a raça humana que, achando-se superior à criadora, se voltou contra ela. Nenhuma espécie conseguiu fazer tanto estrago por biomassa quanto a espécie humana.

"Vejamos. A natureza lhes deu o Sol e a consciência. O Sol lhes fornece toda a matéria de que precisam. A consciência lhes garante o poder de escolha no uso dessa matéria. Ainda assim, vocês falharam.



"Apesar do enorme potencial do Sol como fonte de calor e energia, vocês buscam nas profundezas da Terra e do oceano os meios para se aquecer e produzir. Matam seus irmãos em guerras por isso. E produzem o aquecimento global da Terra, que ameaça a espécie humana, os demais animais e todos os ecossistemas. Mesmo dispondo da consciência sobre todos esses efeitos, ainda acham isso mais barato do que usar o Sol.

"A natureza lhes permitiu que proliferassem, se multiplicassem aos bilhões. Mas quase metade dos humanos não tem água para saciar a sede. Mesmo com toda a riqueza natural, hordas de humanos vivem na pobreza e muitos de seus filhos passam fome. Alguns, porém, preferem gastar tempo e o que vocês chamam de dinheiro para emagrecer, em vez de ajudar os que precisam. Uns poucos acumularam riquezas monetárias maiores do que as de países inteiros.

"A natureza lhes deu a consciência, mas vocês vivem como os piores dos animais".

Os diplomatas escutavam calados, sem argumentos. O discurso era enfático, mas o mais difícil era saber que, na volta à Terra, sem a energia do Sol, ricos e pobres teriam o mesmo fim. Aos poucos, clareava-se em suas mentes a idéia de que o pedido de Deus fazia sentido. Por que tentar suplantar a natureza se ela pode ser uma aliada? E então veio a surpresa. Ao final de seu pronunciamento, Deus ofereceu uma nova chance aos humanos:

"Se prometerem voltar à Terra e, desta vez, usar o Sol e a consciência, torno a ligar o Sol", disse Ele.

E assim foi. Os mercados reagiram. A economia recuperou-se. Os consumidores gostaram. Os populares vibraram. O mundo não acabou. E novas gerações cresceram ouvindo a fábula do dia em que Deus desligou o Sol.

Entre o público e o privado

EMPRESA MISTA, A PETROBRÁS PRECISA SEGUIR AS MELHORES PRÁTICAS DE *GOVERNANCE* AO ESTABELECER O PREÇO DO GÁS APÓS A CRISE COM A BOLÍVIA

POR **JOSÉ ESTEVAM DE ALMEIDA PRADO***

Em 1º de maio, o governo da Bolívia promulgou o Decreto Supremo nº 28.701, por meio do qual promoveu a nacionalização dos hidrocarbonetos [1]. Segundo o governo, a medida tomada teve respaldo no referendo popular de 2004 e na Constituição, que os considera bens nacionais inalienáveis. Com isso, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) assumiu a comercialização, em nome do Estado, definindo as condições, os volumes e preços de venda dos hidrocarbonetos nos mercados interno e externo [2].

Diante da decisão do governo Morales, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou "tranqüilizar" os consumidores brasileiros, afirmando: "Eu não tenho dúvida nenhuma de que o gás não vai aumentar e, se aumentar, o aumento ficará para a Petrobrás, e não para o consumidor" [3].

A Petrobrás, por sua vez, decidiu interromper os investimentos na Bolívia e antecipar os planos de produção nas jazidas brasileiras de gás.

O risco real do aumento de preço do gás natural e a eventual absorção dessa alta pela Petrobrás colocaria em risco o equilíbrio econômico-financeiro da companhia a longo prazo. Além de menor geração interna de recursos, haveria um aumento das incertezas para os financiadores e, conseqüentemente, do custo de capital para os novos projetos.

Do ponto de vista macroeconômico, a manutenção de preços da energia artificialmente baixos levaria os agentes econômicos a decisões equivocadas de investimento e consumo, com custos sociais sobejamente conhecidos.

Por outro lado, como sociedade de economia mista, a Petrobrás tem compromisso com o interesse público, em especial com as diretrizes gerais fixadas pela política energética brasileira. Dentre elas mencionam-se, do lado da oferta, a valorização dos recursos energéticos e a utilização de fontes alternativas de energia e, do lado da demanda, a garantia de abastecimento de derivados de petróleo e a proteção dos interesses do consumidor.

Portanto, a decisão de repasse ou não de preços deve levar em conta interesses internos e externos à Petrobrás, o que nos leva a abordar o sistema de *governance* da companhia.

Entende-se governança corporativa como um conjunto de princípios e regras que visam promover a convergência de interesses internos



e externos à empresa, contribuindo para a maximização do valor da empresa junto a acionistas e partes interessadas (colaboradores, clientes, fornecedores, entre outros).

Dentre as boas práticas de governança mencionam-se o compromisso com a eficiência e a independência da administração, com a transparência e a prestação de contas, com a responsabilidade social e a sustentabilidade, com o cumprimento dos contratos com fornecedores e clientes, e com a geração de resultados empresariais que permitam à empresa realizar a sua função social. O mercado passa a atribuir uma dimensão pública à gestão empresarial. No caso da Petrobrás, sociedade de economia mista, isso é ainda mais notório.

Surgem, aqui, possibilidades de conflitos com acionistas minoritários, que podem se sentir prejudicados com políticas empresariais não voltadas para a maximização do retorno. Dois exemplos imediatos: preços subsidiados e investimentos de retorno duvidosos. Tais conflitos podem ser minimizados na medida em que a administração da companhia esteja comprometida com resultados.

Assim, por exemplo, a decisão de absorver parte do aumento de custos não deve impedir a companhia de remunerar adequadamente o capital investido. Ou então, que os investimentos de retorno duvidoso tenham



ESPERA-SE QUE A PETROBRÁS BUSQUE RESULTADOS EM TERMOS DE INVESTIMENTO, RESERVAS E DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES DE ENERGIA

justificativa razoável e não elevem o risco global da empresa.

A ênfase dada à governança corporativa justifica-se em face do crescente papel das instituições no mundo moderno e do enorme prejuízo advindo de certas práticas de gestão empresarial (vide o escandaloso caso Enron). Em contraste, boas práticas de *governance* costumam gerar resultados superiores, contribuindo para promover o desenvolvimento geral e o bem-estar social.

CHOQUE DE OFERTA

Em relação aos investimentos associados ao gás da Bolívia, a atuação do sistema Petrobrás tem sido decisiva para o desenvolvimento do setor de gás natural em ambos os países. No entanto, uma revisão da política de preços torna-se premente.

Em 1996, com a quebra do monopólio da YPFB, iniciou-se na Bolívia um processo de atração de capitais estrangeiros, por meio de contratos de risco, cujos resultados começaram a se fazer sentir a partir do ano 2000. Atualmente, o setor de hidrocarbonetos representa 7% do PIB boliviano, com destaque para o gás natural, cuja produção cresceu a uma taxa média anual de 21% no período 2001/2005.

Contudo, em 2004, o quadro institucional começou a mudar com o referendo popular sobre o gás. O resultado das urnas deu respaldo à reforma da Lei de Hidrocarbonetos, promulgada em 18/5/2005 (Lei nº 3.058), prenunciando a nova nacionalização dos hidrocarbonetos promovida um ano mais tarde.

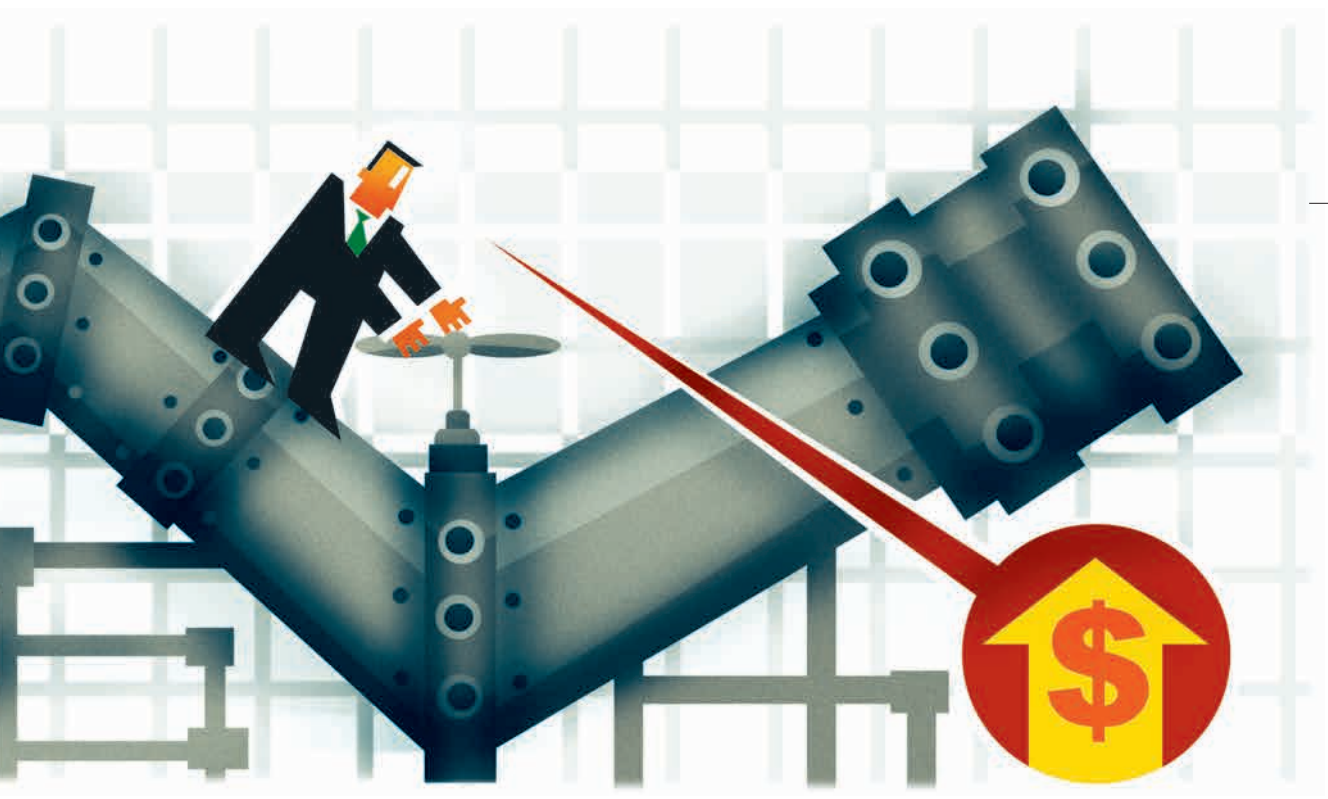
Alteração relevante ocorreu na área tributária, pois o referendo aprovou a introdução de um imposto direto de 32% sobre o valor da produção de hidrocarbonetos na "boca do poço". Com esse acréscimo, o Estado passou a recolher 50% do valor da produção do gás e do petróleo "novos" (que representam 95% da produção total) [4].

Examinando a evolução dos acontecimentos na Bolívia a partir de 2004, com emenda constitucional, realização de referendo popular e aprovação da nova lei de hidrocarbonetos, verifica-se que o risco político foi subestimado.

Para isso contribuiu a forte e prolongada alta dos preços do petróleo e do gás natural, que criou um hiato de preços politicamente insustentável, reforçando as demandas de caráter nacionalista e de revisão dos contratos vigentes, que, por sinal, já estava prevista para se realizar em 2006.

A Petrobrás foi capaz de articular uma resposta rápida, eficiente e sobretudo convincente, interrompendo os investimentos na Bolívia e antecipando os planos de produção brasileira, diminuindo a longo prazo o risco para os consumidores.

Com isso, conseguiu um equilíbrio de



forças que lhe permite negociar em igualdade de condições com o governo boliviano, restando-lhe ainda o recurso à arbitragem internacional. A curto prazo, contudo, persiste o risco de choque de oferta, caso ocorra impasse nas negociações.

Devemos lembrar que, no início deste ano, a Rússia chegou a interromper o fornecimento de gás à Ucrânia, em pleno rigor do inverno. Mais recentemente, a União Européia (UE) realizou reunião de cúpula para discutir com a Rússia as condições de fornecimento de gás. Conforme afirmou a comissária de Relações Exteriores da UE, Benita Ferrero-Waldner, após a crise do gás entre Rússia e Ucrânia, "as emoções se acalmaram", mas "todos nós nos demos conta de que surgia uma nova situação, na qual a energia ocupa um lugar muito importante".

O fato é que a continuada alta dos preços das *commodities* no mercado internacional começa a atingir o Brasil, negativamente. Com isso, parafraseando a comissária, percebemos que estamos diante de um novo quadro.

As perspectivas de aumento de preço do gás natural da Bolívia são, portanto, reais e não devem ser subestimadas.

Poderíamos concluir que, neste cenário, se espera da administração da Petrobrás que adote política realista de fixação de preços, que permita a consecução de resultados expressivos em termos de investimentos, aumento de reservas, de produção e diversificação de fontes energéticas.

Tal política deve se pautar pelas boas práticas de governança corporativa, procurando manter alinhados os interesses e não permitindo que influências políticas dificultem levar adiante sua missão.

**José Estevam de Almeida Prado é advogado e consultor na área de mercado de capitais*

[1] Os principais hidrocarbonetos existentes na Bolívia são petróleo e gás natural, este descoberto mais recentemente a grandes profundidades.

[2] A Bolívia, com uma população de 9 milhões de habitantes, ocupa uma área de 1,1 milhão de km². Metade da população é indígena, e 2/3 vivem em centros urbanos. O Produto Interno Bruto (PIB) anual é de aproximadamente US$ 8,5 bilhões. Cerca de 2/3 da população vive abaixo da linha de pobreza.

[3] Em 3/5/2006, os presidentes de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela firmaram a Declaração de Puerto Iguazú, na qual constou o compromisso de que a discussão sobre o preço do gás deve dar-se de forma racional e eqüitativa, de modo que viabilize os empreendimentos e seja em prol da integração regional.

[4] As receitas adicionais desse imposto direto deverão ser canalizadas para investimentos sociais nas áreas da saúde, educação e emprego; portanto, tal tributo tem nítida função extrafiscal.



MARISTELA BERNARDO
é socióloga e preside o Conselho Diretor do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Engajamento de **stakeholders:** que bicho é esse?

POR **MARISTELA BERNARDO**

No meio da Amazônia, uma grande empresa, após cumpridos todos os requisitos legais, vai chegar com o peso de sua organização, de sua logística e de seus cronogramas de produção. Na pequena cidade mais próxima, como diria o poeta, "a vida vai devagar" desde sempre. Os rios são as ruas; a floresta, o supermercado. Os grandes acontecimentos são as cheias e as secas. O rádio ainda é o meio de comunicação por excelência, celular inexiste. Falta escola, falta atendimento à saúde. A prefeitura é uma presença frágil do poder público, e a nação – a personificação maior do Estado –, essa mal aparece.

E, de repente, essa comunidade e suas lideranças passam a habitar relatórios, estudos, avaliações, cenários estratégicos. Transformaram-se em *stakeholders* da empresa e suas vidas jamais serão as mesmas.

Essa situação hipotética pode ter vários nomes e endereços reais e, na verdade, se reproduz continuamente. Representa talvez o limite mais radical – em termos das diferenças culturais, econômicas, motivacionais, de estilo de vida – de um quadro de inserção de empresas em realidades sociais. Nem por isso deixa de ser exemplo válido para pensar uma variável estratégica, de importância crescente como tema-afluente do grande rio da responsabilidade socioambiental que, por sua vez, corre para o mar do desenvolvimento sustentável. Trata-se do engajamento de *stakeholders*, ou "partes interessadas".

É UMA ESPÉCIE DE "DIPLOMACIA EMPRESARIAL" QUE TENTA PREVENIR CONFLITOS E EXTRAIR APRENDIZADOS

Para a empresa, *stakeholders* são as comunidades, instituições, indivíduos, governos, clientes, acionistas, fornecedores, com os quais mantém relação e algum nível de interdependência que impacta ou pode vir a impactar o seu negócio. Engajá-los significa, em primeiro lugar, conhecê-los, assim como suas expectativas.

E, depois, estabelecer com eles diferentes formas de diálogo e troca de informações e avaliações, em uma espécie de "diplomacia empresarial" que tenta, de um lado, prevenir e remediar possíveis conflitos em torno de sua atividade e, de outro, extrair aprendizados que possam aperfeiçoar seu processo decisório e reduzir seus riscos e custos.

A experiência mostra que processos eficientes de engajamento de *stakeholders* tendem de fato a reduzir os riscos do empreendimento,


???
SAMUEL



entre outras razões porque criam um ambiente propício à sua validação social, para além das licenças de natureza legal. A impermeabilidade entre empresa e *stakeholders*, ao contrário, é fonte permanente de arestas e problemas.

Esse procedimento tem, contudo, outras implicações e significados. A própria maneira de entender o "engajamento" já seria matéria para um riquíssimo debate. Ele pode ser visto, em um extremo, da forma mais instrumental possível, ou seja, como meio para alinhar os *stakeholders* aos interesses da empresa, com um sentido implícito de convencimento ou aliciamento.

No outro extremo, seria parte de um processo de mudança estrutural de paradigmas na sociedade, cuja compreensão demandaria levar em conta inúmeros outros fatores, valores e transcendências.

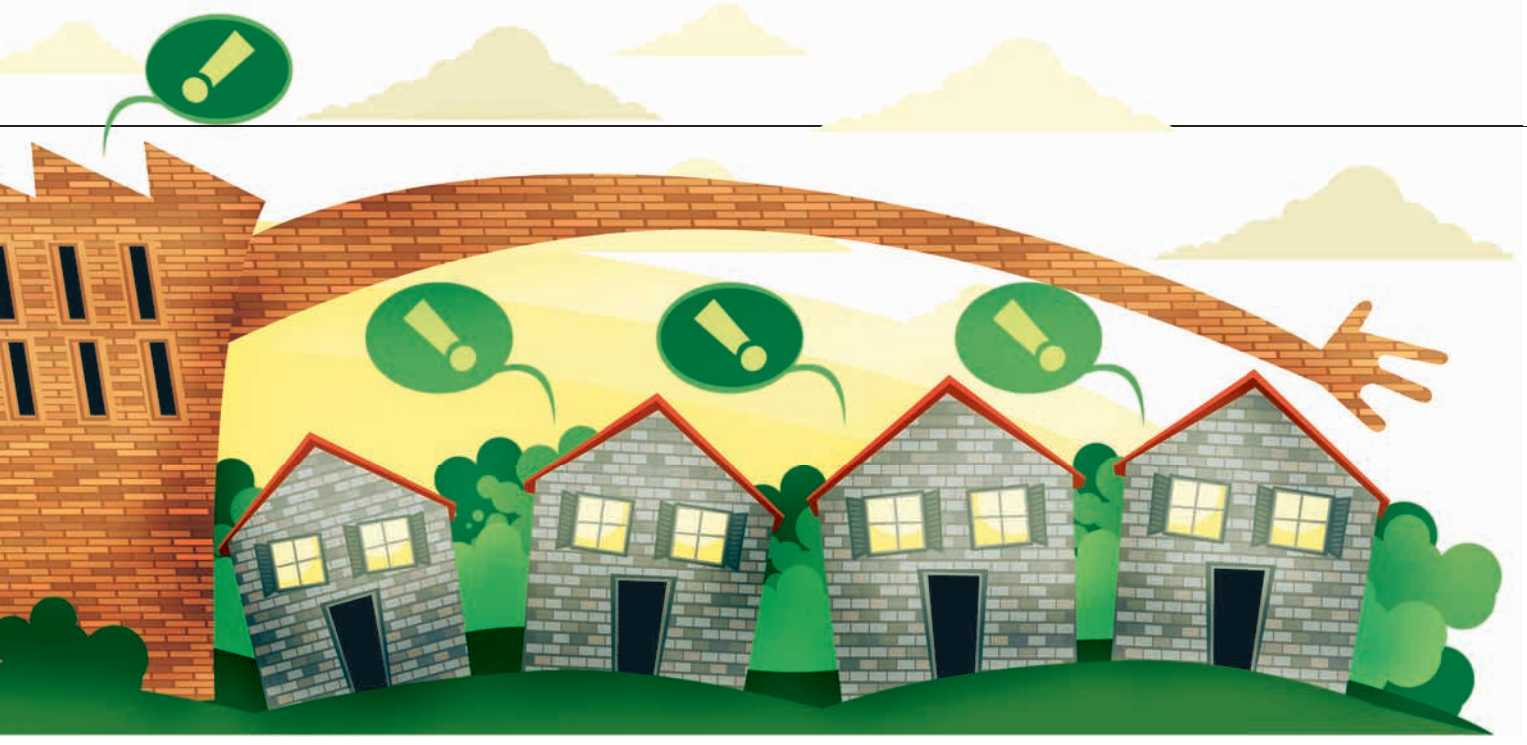
A abertura do diálogo das empresas com seus *stakeholders* possivelmente está, na média, em um ponto qualquer entre esses extremos, talvez bem mais próximo do primeiro. Mas, em alguma medida, aponta também para avanços consistentes na relação da empresa com a sociedade, tornando o negócio mais sensível ao destino comum, mais disposto a comprometer-se, a buscar ao mesmo tempo sua realização econômica e metas gerais de qualidade ambiental e justiça social.

PARA OS DEMAIS INTERESSES PRESENTES NO CONTEXTO DE UMA EMPRESA, ELA TAMBÉM É UM *STAKEHOLDER* A SER ENGAJADO

De certa forma, os extremos referidos estão presentes até mesmo nos significados dicionarizados do termo "engajamento", que vão de recrutamento, aliciamento; participação em grupos organizados, movimentos ou partidos; até um sentido que, ironicamente, parece muito distante das preocupações contemporâneas das empresas, mas é provocativo e inspirador para os tempos atuais.

Trata-se do sentido que vem do existencialismo de Sartre, para quem engajamento é "empenho ético e político na realização das escolhas absolutamente livres e impreteríveis, por meio das quais o ser humano inventa a si mesmo e o seu mundo", ensina o dicionário Houaiss.

Talvez esses termos – empenho ético e político, invenção – ajudem a evidenciar desafios subjacentes à aplicação cotidiana das técnicas e



métodos desenvolvidos para o engajamento de *stakeholders*. São desafios que emergem de situações reais e permanecem em um limbo mental pouco acessado, meio incômodo, em que as contradições ficam cochilando à espera do momento de intervir e desnudar os discursos.

Embora o engajamento de *stakeholders* seja visto como procedimento de ponta, não necessariamente tem um caráter inovador, na prática. Inovar é mais do que adaptar. Exige das empresas e de suas lideranças um olhar para além de seus limites, em alcance, profundidade e tempo. Provavelmente isso é mais longe do que a maioria delas está disposta a ir, porque mudar é muito difícil.

É um processo que começa em algum lugar profundo de corações e mentes, lá onde nasce a coragem necessária para a delicada operação de construir novos paradigmas a partir da identificação de pontes para o futuro nas práticas de hoje. Para isso, a crença de que é possível reinventar a si mesmo e a sociedade tem de estar no horizonte, iluminando as decisões do cotidiano. Sem um mínimo de emoção social, de amor pelo mundo, dificilmente alguém conseguirá enxergar através do manual e se entregar à tarefa diligente de reescrevê-lo.

Esse dilema está presente quando vemos o que acontece na vida real com a aplicação do conceito de engajamento de *stakeholders*.

De um lado, sua matriz é a do compromisso com as dimensões políticas do desenvolvimento sustentável, o que supõe um movimento expressivo da empresa na direção de espaços de construção de consenso caracterizados pela alta diversidade de atores, pela expansão da participação, pela atuação em rede, pelo compromisso socioambiental, pela visibilidade de interesses, pela prestação de contas, pelo gesto básico de cada um colocar para os demais, com clareza e inteireza, suas informações, intenções e propostas.

De outro lado, ainda é a expressão da natureza autocentrada da empresa, de sua resistência a ser igual, de seu jeito ímã de ser, o que significa colocar-se como centro do mundo e supor que os demais interesses devam necessariamente convergir para o seu.

Muitas vezes, as estratégias de engajamento de *stakeholders* são um produto anfíbio, que alia o discurso de princípios e valores a táticas de cooptação ou pressão que, de fato, não almejam inserir a empresa na comunidade, mas, sim, inserir a comunidade na empresa.

> Quando as companhias se livram do temor atávico de se deixar conhecer pela comunidade e com ela interagir genuinamente, há ganhos evidentes na operação do empreendimento



AS ESTRATÉGIAS de engajamento muitas vezes são um produto anfíbio, que alia o discurso de princípios e valores a táticas de cooptação ou pressão

É um caminho que contempla as ansiedades de curto prazo, mas tem efeitos devastadores a longo prazo. Pode solidificar ainda mais expectativas fisiológicas por parte de alguns setores e rejeição à empresa por parte de outros. O mais grave, porém, é a perda de uma oportunidade única de aprendizado e de avanço coletivo na busca de uma sociedade melhor.

É preciso que a empresa não se esqueça de que, para os demais interesses presentes no seu contexto, ela é também um *stakeholder* a ser engajado em inúmeras causas e propósitos. O caminho mais viável, portanto, é que todos se engajem em algo mais transcendente, que diga respeito ao interesse maior da sociedade e que possa uni-los em torno de uma identidade comum.

Ademais, quando empresas se livram do temor atávico de se deixarem conhecer pela comunidade e com ela interagir genuinamente e em condições de igualdade, há ganhos evidentes na operação do empreendimento, até mesmo porque ele passa a incorporar uma quantidade muito maior de saberes e sistemas de avaliação. Além disso, o estabelecimento de laços de confiança mútua e de respeito, mesmo em face de conflitos relevantes a serem negociados e de situações de tensão, vai aos poucos consolidando espaços de articulação diferenciados, de plena cidadania, que são a semente de paradigmas políticos para um futuro sustentável.

O ESTABELECIMENTO DE LAÇOS DE CONFIANÇA MÚTUA E RESPEITO ENTRE *STAKEHOLDERS* SÃO A SEMENTE DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Praticar engajamento de *stakeholders* dessa maneira traz óbvias dificuldades. Há preconceitos de parte a parte a serem superados, há expectativas exageradas de muitas comunidades em relação à empresa, na suposição de que elas possam cumprir papéis e sanar carências que são atribuições do Estado. Há vetos ideológicos preliminares de *stakeholders* que nem sequer aceitam conversar com quaisquer empresas. Há curtos-circuitos de comunicação. E há também a tendência da empresa a desqualificar a eficiência das organizações da sociedade e a classificar sob a rubrica de "inimigos" todos aqueles que levantam alguma crítica a respeito do empreendimento.

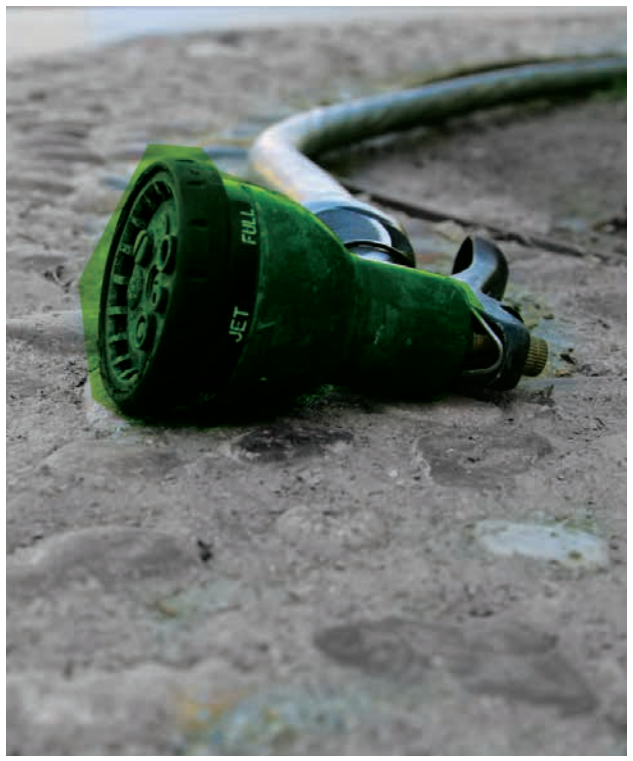
Finalmente, outra barreira se interpõe no caminho da construção de uma visão sustentável da relação entre *stakeholders* (incluindo-se aí as empresas): a recusa ao pensamento complexo e a permanência no vício mental da linearidade, incompatível com a compreensão da teia de dimensões explícitas e ocultas que conformam a matriz do futuro.



Sustentável é...

...cuidar bem da água

POR **MAURA CAMPANILI**









Sustentável é...

...não poluir.

Parte dos brasileiros já se deu conta de que a água é motivo de preocupação ambiental. Infelizmente, essa fatia representa menos da metade da população, como indicou pesquisa do Vox Populi sobre a consciência ambiental no País, divulgada no fim de maio. A contaminação de rios, lagos e praias foi considerada uma questão preocupante por 43% dos entrevistados (ante 29% na pesquisa anterior, de 2001, o que é um alento!). Mesmo assim, apenas 7% afirmaram estar dispostos a pagar impostos para despoluir rios.

Descrença na aplicação do dinheiro público à parte, o certo é que não adianta culpar apenas o governo, São Pedro ou a natureza pelos racionamentos, que atingem mais de 23% dos municípios com distribuição de água no País – segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE/2000) –, ou pela incidência de enfermidades ocasionadas pelo uso de água de má qualidade (cerca de 60% dos doentes brasileiros).

Todo mundo tem o seu quinhão de responsabilidade.

Ainda que o Brasil concentre 12% da água doce disponível no planeta e tenha 90% do território abastecido com chuvas abundantes durante o ano, sua distribuição é irregular.

Há muita água na Região Norte (68%), onde mora pouca gente (7,6% da população), e pouca no Sudeste (6%), onde estão 42,6% dos brasileiros.

...não desperdiçar.

Há a agravante de que boa parte da água, onde ela mais faz falta, está poluída e perdeu a característica de recurso natural renovável. Quem já passou perto dos rios Pinheiros e Tietê, na região metropolitana de São Paulo, dispensa explicações.

Além da poluição, provocada pela urbanização, industrialização e produção agrícola pouco estruturadas em termos ambientais, a água ainda disponível é utilizada com alto grau de desperdício, algo entre 50% e 70% nas cidades brasileiras. O desperdício vai desde as perdas nas redes de distribuição por roubo e vazamento – que variam entre 40% e 60% dependendo da cidade – até o comportamento individual de cada habitante, ao não se dar conta de que a água de beber está cada vez mais rara e mais cara.

Esse comportamento de risco pode ser facilmente detectado na indiferença do brasileiro às mangueiras abertas por longos períodos para "varrer" calçadas de casas, condomínios e empresas – sem que ninguém oriente as pessoas que fazem esse serviço de que água não substitui vassouras.

Neste caso, além do desperdício, o lixo que deveria ser recolhido acaba nos bueiros, contribuindo para as enchentes, outro problema diretamente ligado ao mau uso da água.

...fechar a torneira.

Para se ter idéia do impacto que gestos cotidianos podem ter, uma ducha de 10 minutos consome, em média, 162 litros de água. Se uma pessoa toma um banho por dia nessas condições, em um ano terá gasto 59.130 litros. Se reduzir para 5 minutos, economizará, por ano, 29.565 litros.

Se 10% da população de São Paulo, ou aproximadamente 1 milhão de pessoas, tomassem tal atitude, a economia em um ano seria suficiente para suprir, durante o mesmo período, a demanda de 405 mil pessoas na própria cidade. A medida beneficiaria quem mora nas periferias, que em geral não tem ducha nem caixa-d'água e são os primeiros a sofrer com os racionamentos da época de estiagem.

Uma torneira ligada por 2 minutos durante a escovação dos dentes gasta cerca de 13 litros de água, enquanto só precisamos de meio litro. Se 1 milhão de pessoas fecharem a torneira, deixarão de ser gastos 37,5 milhões de litros de água limpa e tratada, o que dá para abastecer mais de 200 mil pessoas. Se os 18 milhões de habitantes da Grande São Paulo fizerem o mesmo, a economia diária será equivalente ao que cai nas Cataratas do Iguaçu por 9 minutos.

Divulgadas pelo Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, práticas como essas, que parecem simples — mas exigem alto grau de comprometimento —, fariam diferença na necessidade de investimentos públicos e no bolso do consumidor.

...cuidar das florestas.

Cuidar da água significa também preservar as florestas, pois uma não existe sem a outra. É a cobertura florestal que protege as nascentes e os mananciais e melhora o processo de infiltração, depuração e armazenamento da água.

A consciência do risco que estamos correndo levou até a *top model* Gisele Bündchen a engajar-se pela primeira vez em uma campanha ambiental, a "Y Ikatu Xingu – Salve a Água Boa do Xingu".

Organizada por uma coalizão de entidades ambientais e sociais com atuação na Amazônia, a campanha visa proteger e recuperar as nascentes e as matas ciliares do Rio Xingu, comprometidas pela devastação e a poluição, que já atingiram nossas reservas de água amazônicas.

Vestindo publicamente a camiseta da campanha, Gisele afirmou: "Acho que todo mundo tem de se preocupar com a questão das águas para que o planeta sobreviva e nossos descendentes possam ter um futuro decente... Se a gente continuar só abusando dos recursos naturais, sem a preocupação de preservá-los, vamos acabar nos destruindo".

O recado está dado.

artigo



GLADIS RIBEIRO
é diretora executiva do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas-EAESP

Um crédito para os **bancos públicos**

POR **GLADIS RIBEIRO**

Não há crescimento econômico sem crédito. Prova disso é que, quanto mais desenvolvido o país, maior a relação entre volume total de créditos concedidos e o Produto Interno Bruto. Enquanto este indicador esteve sempre abaixo dos 30% no Brasil, em países como Estados Unidos e Inglaterra é invariavelmente superior a 100%. A tendência, portanto, é que o crescimento econômico torne as instituições financeiras cada vez mais presentes no dia-a-dia de cidadãos e empresas.

Para boa parte da opinião pública, essa possibilidade deixa um gosto amargo na boca. O setor mais rentável da economia padece de uma das mais negativas reputações empresariais. Não à toa, a incorporação da sustentabilidade nesse segmento é vista muitas vezes como intencional ferramenta mercadológica.

A CHAVE É IR ALÉM DAS DECLARAÇÕES DE APOIO E INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO DE FINANCIADORES SUSTENTÁVEIS

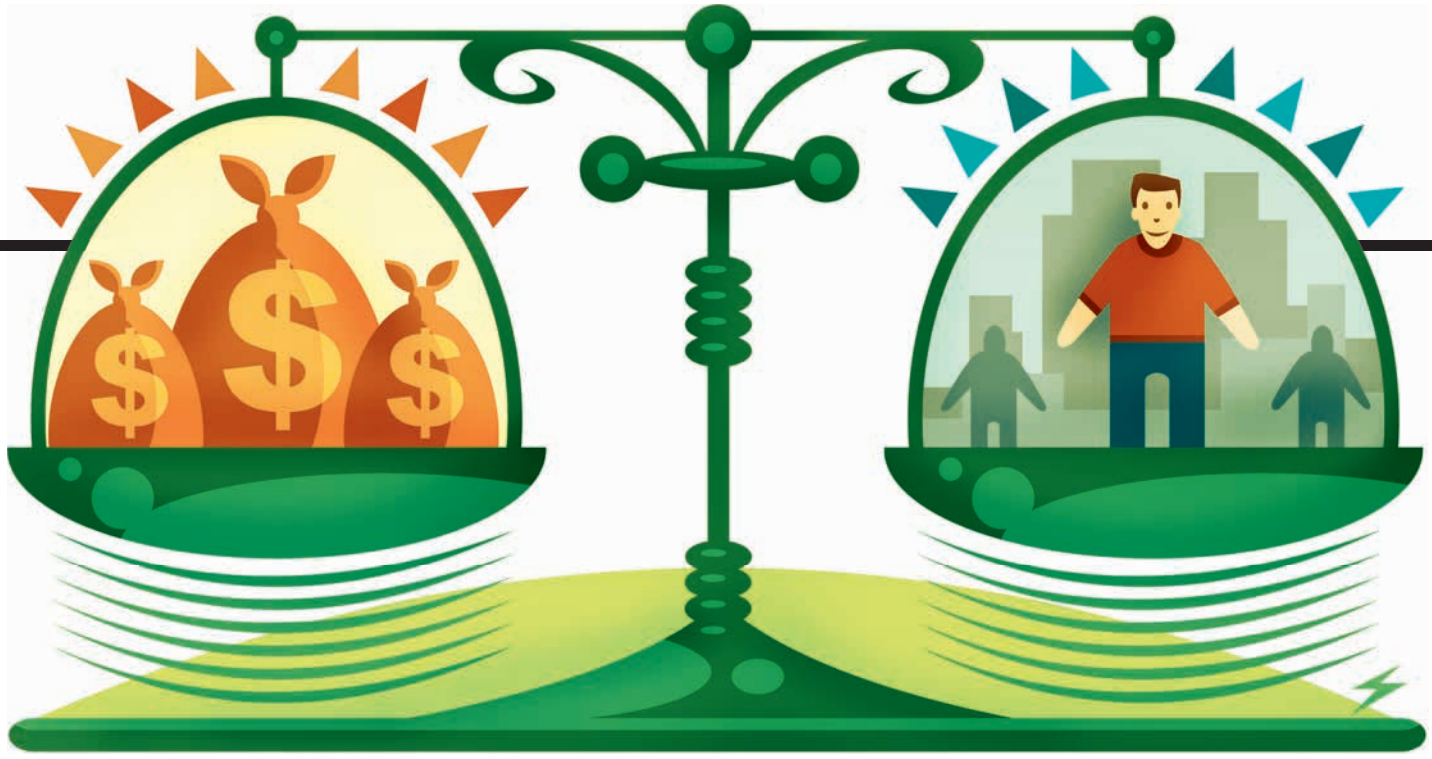
Mas, já que o processo é inevitável, a chave do sucesso para todas as partes está na real incorporação do tema à estratégia de negócio, ou seja, o desenvolvimento de financiadores sustentáveis e não meras declarações de apoio a um conceito tão amplo quanto o desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade para o setor financeiro significa desenhar negócios e produtos adequados, sobretudo de longo prazo, em que esteja presente o apoio a empreendedores e cidadãos em setores estratégicos com o objetivo de gerar inclusão social e desenvolvimento e, obviamente, lucros para os bancos. Sem mencionar a importância de projetos de infra-estrutura que evitem os históricos impactos negativos.

Mas não é possível pensar em um setor financeiro sustentável no Brasil sem uma profunda discussão sobre os bancos públicos. Responsáveis pela maior parte da oferta de financiamento com prazos superiores a um ano, concentram mais de 80% do crédito rural e imobiliário disponível, sem mencionar a participação decisiva em projetos de infra-estrutura. O Banco do Brasil sozinho detinha 32% de todos os depósitos à vista em 2003.

Além disso, dois segmentos intimamente ligados ao papel de instituições financeiras públicas são chave para a melhoria da qualidade de vida no Brasil: habitação e transporte. A quase totalidade do déficit habitacional brasileiro concentra-se nas populações que ganham até cinco salários mínimos. Estes mesmos cidadãos padecem diariamente em meios de transporte inadequados, caros e inseguros, o que prejudica sua produtividade e capacidade de geração de renda. A ampliação do acesso ao crédito, além do simples consumo, pode representar uma poderosa arma contra a exclusão social e a desigualdade.

Há pelos menos duas décadas um número crescente de bancos públicos passou a considerar o tema sustentabilidade com mais cuidado. Perceberam o poderoso conteúdo estratégico desse processo, apesar das limitações inerentes



a estas instituições, marcadas pela inexorável rotatividade em sua gestão executiva. O resultado é que hoje todos os bancos públicos incluem o desenvolvimento sustentável entre os seus objetivos institucionais.

A iniciativa mais positiva para concretizar essa missão foi a criação do Protocolo Verde – carta de princípios firmada em 1995 pelo Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Banco Central do Brasil e Banco do Nordeste. No documento, esses bancos "reconhecem que podem cumprir um papel indispensável na busca de um desenvolvimento sustentável", propondo-se a "empreender políticas e práticas bancárias que estejam sempre e cada vez mais em harmonia" com esse objetivo.

De lá para cá, muitas instituições trabalharam para entender o que representa o compromisso firmado. Como fazer para que cada processo reflita a preocupação com os impactos sociais, ambientais e econômicos, sejam eles positivos ou negativos. Algumas partiram para a inovação e, com base em um objetivo genérico e subjetivo, iniciaram o desenvolvimento de estratégias para financiamentos sustentáveis. Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e BDMG são alguns desses líderes.

Mas há muito a avançar. No Seminário sobre o Papel dos Bancos Públicos para o Desenvolvimento Sustentável, promovido em maio pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e o GVces, foram retomadas as discussões sobre as políticas expressas no Protocolo Verde. A presença substantiva de dirigentes de instituições públicas e do Ministério do Meio Ambiente mostrou quão oportuno é o debate.

Há preocupação com a uniformidade de práticas no setor para evitar que riscos desnecessários sejam assumidos por instituições com menor capacidade tecnológica. As instituições demandam também uma atuação mais firme do Banco Central, incluindo a disponibilização de informações – ferramenta poderosa para aumentar a transparência.

Os próximos passos devem incluir propostas para disseminar as melhores práticas, tais como o intercâmbio de informações e tecnologia para reduzir os custos e a curva de aprendizado, além de maior integração para o desenvolvimento de produtos e parcerias de negócios. A tecnologia acumulada pelos líderes no processo de incorporação da sustentabilidade pode servir de inspiração para que o setor assuma que o objetivo é inovar para avançar na construção de metas objetivas que garantam a conexão direta com seu público alvo: a sociedade.

> "As discussões sobre as políticas expressas no Protocolo Verde foram retomadas. É preciso uniformizar práticas e disponibilizar informações"

coluna



REGINA SCHARF
é jornalista especializada em meio ambiente e autora de vários livros, entre eles *Manual de Negócios Sustentáveis*

Samba, futebol e **ayahuasca**

POR **REGINA SCHARF**

Diga a um cidadão do Novo México, no sul dos Estados Unidos, que você é brasileiro. Ele não vai perguntar sobre café, futebol, samba ou bossa nova, como um gringo normal. Perguntará sobre o Santo Daime. O culto amazônico é popular entre os endinheirados locais, que conseguiram que a Suprema Corte americana liberasse em fevereiro, após cinco anos de polêmicas, a importação da ayahuasca, a mistura de ervas com propriedades alucinógenas utilizada nas cerimônias da União do Vegetal, a ramificação do Daime que atua desde 1993 nos EUA.

Um misto de xamanismo, animismo e espiritismo, com pitadas de catolicismo, a União do Vegetal utiliza o chá de ayahuasca como uma espécie de atalho para que o adepto tenha revelações e alcance uma elevação espiritual. A substância tem efeito direto sobre o sistema nervoso central e é ingerida em cerimônias marcadas pelos cânticos em português, língua ignorada pela maior parte dos participantes, o que reforça o seu caráter mágico.

Nos Estados Unidos, a presença do Daime é mais barulhenta do que ampla. Estima-se que menos de duas centenas de americanos sejam adeptos, praticamente todos concentrados em Santa Fé, capital do Novo México, que, como o nome bem indica, é uma terra onde o misticismo de várias naturezas campeia.

Tanto que não são poucos os devotos locais de John of God, um místico de Goiás que diz incorporar 30 entidades (inclusive o Rei Salomão e São Francisco de Assis) e que teria curado mais de 15 milhões de pessoas. Ele ganhou notoriedade após aparecer em alguns programas americanos de televisão. Seus seguidores pagam até US$ 1.400 por duas semanas de estadia no seu centro espírita em Abadiânia, cidade entre Goiânia e Brasília. Excursões semelhantes levam os fiéis da União do Vegetal para a Amazônia.

Os dois principais argumentos da Suprema Corte para liberar a importação e o uso da ayahuasca foram a defesa da liberdade religiosa e a existência de um precedente de autorização ao uso de plantas com propriedades alucinógenas – no caso, o cacto peiote empregado em cerimônias da Igreja Nativa Americana. Adotado há mi-

A SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS LIBEROU O USO DA SUBSTÂNCIA, QUE É POPULAR ENTRE OS ENDINHEIRADOS DO NOVO MÉXICO



lênios pelos indígenas dos EUA e do México, ele conta hoje com algumas centenas de milhares de adeptos de várias etnias, sobretudo apaches.

O curioso, no caso da liberação da ayahuasca, é que esta foi a primeira decisão importante do então recém-empossado John Roberts, primeiro presidente republicano após uma longa liderança dos democratas na Suprema Corte. Uma decisão considerada bastante liberal para um republicano.

O maior promotor do Daime nos Estados Unidos é o milionário Jeffrey Bronfman. Ele é discretíssimo no trato com a imprensa. "Nos últimos seis meses, recebi pedidos de entrevistas da CNN, do *Washington Post*, do *The New York Times*, do *London Times*. Em todos os casos a minha resposta foi a mesma", informa sucintamente. "Somos uma sociedade religiosa discreta." Bronfman faz parte de um ramo lateral de uma poderosa família canadense, que vendeu a indústria de bebidas Seagram em 2000 para o Grupo Vivendi por US$ 30 bilhões.

O imbróglio legal envolvendo a União do Vegetal e a Justiça dos EUA começou em 1999, quando o governo do Novo México apreendeu um carregamento que chegava do Brasil e mais de 100 litros do chá que estavam na casa de Bronfman. Desde então, a briga pulou de instância em instância até que se resolvesse na Suprema Corte.

No meio do caminho, em 2000, realizou-se em San Francisco, outra meca americana das religiões alternativas, uma conferência internacional sobre a ayahuasca que reuniu de ribeirinhos amazônicos a etnobotânicos e neurologistas dos EUA, passando por pesquisadores da Universidade de Kuopio, na Finlândia, que tem um núcleo de estudos específicos sobre o Daime. Um dos temas dominantes: a necessidade de expandir a consciência como forma de conservar a biodiversidade.

> Uma conferência internacional sobre a ayahuasca em San Francisco discutiu a necessidade de expandir a consciência como forma de preservar a biodiversidade

Não é muito fácil para quem está de fora entender a razão da fascinação desses americanos pela ayahuasca – ainda mais quando se lembra de que eles têm no peiote um similar nacional à altura. Mas é certo que a Amazônia e sua cultura têm tão poucos amigos que é melhor não desprezar esse tipo de interesse, por exótico que pareça.



última

O cartum ao lado, de autoria de **GEANDRÉ**, foi premiado no Salão Internacional de Berlim



A seção **ÚLTIMA** é aberta a contribuições dos leitores. Para enviar a sua, contate-nos: **redacao@revistaadiante.com.br**